

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Grupo de Ordenamento do Território

CIDADES SUSTENTÁVEIS
O CONTEXTO EUROPEU

por

RITA CATARINA DE SÁ PINTO PEREIRA GOMES

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de mestre
em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental

Orientador: Professora Doutora Maria do Rosário Partidário

Lisboa

2009

Ao Bafo, Família e Amigos,

AGRADECIMENTOS

A todos os que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a concretização da presente dissertação de mestrado, dos quais não posso deixar de destacar:

- ❖ Professora Doutora Maria do Rosário Partidário –pela orientação prestada;
- ❖ ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives) – pela possibilidade de participação como Delegada da Juventude na 5^o conferência das Cidades e Vilas Sustentáveis em Sevilha;
- ❖ Cristina Garzillo (ICLEI) – pela disponibilidade incondicional dentro das suas limitações de sigilo e protecção de dados de âmbito profissional;
- ❖ A todos aqueles que demonstraram a sua disponibilidade e colaboração na resposta aos inquéritos efectuados.

SUMÁRIO

A presente dissertação exprime um trabalho de investigação e de revisão do estado de arte em matéria de cidades sustentáveis na Europa, nomeadamente ao nível do quadro orientativo, instrumentos disponíveis, boas práticas e aplicação da Agenda 21 Local (A21L).

As cidades são uma matriz complexa de actividades e efeitos que exigem um planeamento sustentável e uma compreensão das suas relações e impactes ao nível local e global. Têm um papel importante na concretização de objectivos de várias estratégias e na solução para a sustentabilidade global.

No âmbito da dissertação foram realizados inquéritos a agentes e municípios europeus envolvidos em processos de A21L, com o intuito de identificar constrangimentos e potencialidades à aplicação da mesma.

Existe um reconhecimento e consciencialização da importância de aderência a processos de sustentabilidade e um crescente efectivar do compromisso por parte das autoridades locais. As cidades europeias têm criado iniciativas inovadoras e diversas com vista ao desenvolvimento local sustentável. Contudo, há ainda um longo caminho a percorrer.

A mobilização e envolvimento efectivo de agentes e cidadãos constitui um dos grandes desafios, tal como, a percepção de cada local como uma realidade única à qual os processos, embora assentes em princípios e fases metodológicas aprovadas, se devem adaptar.

ABSTRACT

This dissertation presents an investigation and state-of-the-art review regarding sustainable cities in Europe, including the orientative framework, available tools, good practices and application of Local Agenda 21 (LA21).

Cities are a complex matrix of activities and effects that demand a sustainable planning and an understanding of their relationships and impacts at local and global levels. They have an important role in the concretization of the aims of several strategies as in the solution for the global sustainability.

Within the scope of the dissertation, surveys were conducted of European stakeholders and municipalities involved in LA21 processes to identify constraints and opportunities in its application.

There is a recognition and awareness of the importance of adherence to sustainability processes and a growing commitment on the part of local authorities. European cities have been creating innovative and diverse initiatives aimed at local sustainable development. However there is still a long way to go.

The mobilization and effective involvement of stakeholders and citizens is one of the biggest challenges, as is the perception of each local as a unique reality to which the processes, although based on approved principles and methodology phases, should be adapted.

SIMBOLOGIA E NOTAÇÕES

AAMDA - Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente

A21L – Agenda 21 Local

CEU – Conselho Europeu de Urbanistas

CIVITAS – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis

CML – Câmara Municipal de Loulé

DGOTDU – Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGRP – Directorate General for Regional Policy

EEA – Agência Europeia de Ambiente

EMAS – Eco Management and Audit Scheme

ESB - Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa

ESCL – Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé

GPAU – Grupo de Peritos para o Ambiente Urbano

ICLEI – International Council for Local Environmental Initiatives

IST – Instituto Superior Técnico

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PDM – Plano Director Municipal

UE – União Europeia

UN – United Nations (Nações Unidas – NU)

ÍNDICE DE MATÉRIAS

I. INTRODUÇÃO	11
I.1. Objectivo.....	13
I.2. Metodologia	13
II. ENQUADRAMENTO	15
II.1. Cidades Europeias: o Panorama	17
II.2. Cidades Sustentáveis.....	20
III. REFERENCIAL ORIENTATIVO, FERRAMENTAS, INICIATIVAS	24
III.1. Política de Ambiente Urbano da UE	26
III.2 Ferramentas	39
III.2.1 Estado de aplicação das Ferramentas em Portugal	49
III.3 Exemplos de Boas Práticas	56
IV. APLICAÇÃO DE INQUÉRITO E RESULTADOS	62
IV.1. Selecção da Amostra.....	62
IV.2. Aplicação dos inquéritos à Amostra	63
IV.3. Taxa de resposta às questões	63
IV.4. Tratamento dos Resultados.....	64
IV.5. Resultados	64
IV.5.1. Resultados do Inquérito aos agentes.....	64
IV.5.2. Resultados do Inquérito aos municípios Portugueses.....	72
IV.6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	84
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
ANEXO I – ENTIDADES SIGNATÁRIAS DA CARTA E COMPROMISSOS DE AALBORG.....	95
ANEXO II – INQUÉRITO APLICADO AOS AGENTES EUROPEUS	97
ANEXO III – INQUÉRITO APLICADO AOS MUNICÍPIOS EUROPEUS.....	101
ANEXO IV – ENTIDADES QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO APLICADO AOS AGENTES EUROPEUS.....	107
ANEXO V – ENTIDADES QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO APLICADO AOS MUNICÍPIOS EUROPEUS.....	108

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – QUADRO METODOLÓGICO UTILIZADO NO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO.	14
FIGURA 2.1 – SUSTENTABILIDADE FORTE.	21
FIGURA 4.1 – RESPOSTA À QUESTÃO “CONSIDERA QUE NA GENERALIDADE DOS CASOS OS PROCESSOS SÃO TRANSVERSAIS DENTRO DA AUTARQUIA?”	67
FIGURA 4.2 – RESPOSTA À QUESTÃO “EXISTE EFECTIVA PARTICIPAÇÃO DOS VÁRIOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO NA ELABORAÇÃO DO PROCESSO E NA IMPLEMENTAÇÃO DO MESMO?”	67
FIGURA 4.3 – RESPOSTA À QUESTÃO “CONSIDERA QUE NA GENERALIDADE DOS CASOS A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA É EFECTIVA?”	68
FIGURA 4.4 – RESPOSTA À QUESTÃO “OS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA SÃO TIDOS EM CONTA NA ELABORAÇÃO DA A21L E TOMADA DE DECISÃO?”	68
FIGURA 4.5 – RESPOSTA À QUESTÃO “CONSIDERA QUE NA GENERALIDADE DOS CASOS A A21L É EFECTIVAMENTE IMPLEMENTADA?”	68
FIGURA 4.6 – RESPOSTA À QUESTÃO “CONSIDERA QUE A A21L TEM SIDO INTEGRADA COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAIS?”	69
FIGURA 4.7 – RESPOSTA À QUESTÃO “CONSIDERA QUE SERIA ÚTIL OS PROCESSOS DE A21L SEREM ANTECEDIDOS DE ALGUM PROCESSO DE SUSTENTABILIDADE DE CARÁCTER MAIS ESTRATÉGICO?”	71
FIGURA 4.8 – RESPOSTA À QUESTÃO “CONSIDERA QUE SERIA ÚTIL OS PROCESSOS DE A21L SEREM SEGUIDOS DE ALGUM PROCESSO DE SUSTENTABILIDADE DE CARÁCTER MAIS ESTRATÉGICO?”	71
FIGURA 4.9 – RESPOSTA À QUESTÃO “CONSIDERA QUE SERIA ÚTIL OS PROCESSOS DE A21L SEREM ANTECEDIDOS DE ALGUM PROCESSO DE SUSTENTABILIDADE DE CARÁCTER MAIS ESTRATÉGICO?”	71
FIGURA 4.10 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL NORTE-SUL DOS MUNICÍPIOS QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO.	72
FIGURA 4.11 – DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS AO INQUÉRITO POR DISTRITO.	74
FIGURA 4.12 – LÍDERES DO PROCESSO INICIAL DE A21L NOS MUNICÍPIOS.	75
FIGURA 4.13 – FASES DO PROCESSO DE A21L DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A AMOSTRA.	76
FIGURA 4.14 – DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS DOS PROCESSOS DE A21L DOS MUNICÍPIOS PELA COMPONENTE AMBIENTAL, SOCIAL, ECONÓMICA E INSTITUCIONAL.	78
FIGURA 4.15 – DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO À UTILIDADE TEMPORAL DE REALIZAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE LOCAL.	79
FIGURA 4.16 – FORMAS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA UTILIZADAS PELOS MUNICÍPIOS.	80
FIGURA 4.17 – TIPOS DE PARCERIAS ESTABELECIDAS PELOS MUNICÍPIOS.	80

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 3.1 – PROGRAMAS GLOBAIS PROMOVIDOS PELA UN-HABITAT.....	25
QUADRO 3.2 – DOCUMENTOS DE POLÍTICA URBANA DA UE NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1992-1994.	29
QUADRO 3.3 – TEMAS PRECONIZADOS NA CARTA DE AALBORG.	30
QUADRO 3.4 – CONFERÊNCIAS DA CAMPANHA “CIDADES SUSTENTÁVEIS”.	30
QUADRO 3.5 – COMPROMISSOS DE AALBORG.	31
QUADRO 3.6 – DOCUMENTOS E INICIATIVAS DA UE REFERENTES AO AMBIENTE URBANO.	36
QUADRO 3.7 – ALGUMAS FERRAMENTAS EXISTENTES, DISPONÍVEIS À UTILIZAÇÃO POR PARTE DAS AUTORIDADES LOCAIS E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	42
QUADRO 3.8 – MUNICÍPIOS PORTUGUESES COM PROCESSOS DE A21L EM CURSO INDEPENDENTEMENTE DA FASE EM QUE SE ENCONTRAM.	51
QUADRO 3.9 – INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES COM VISTA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PARA ALÉM DAS ESTRATÉGIAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA A21L.	57
QUADRO 3.10 – ALGUMAS INICIATIVAS DAS AUTORIDADES LOCAIS EUROPEIAS PARA COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL QUE PELAS SUAS CARACTERÍSTICAS REPRESENTAM EXEMPLOS DE BOAS PRÁTICAS.	57
QUADRO 4.1 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA.	62
QUADRO 4.2 – TAXA DE RESPOSTA ÀS QUESTÕES DO INQUÉRITO APLICADO AOS AGENTES PORTUGUESES.....	63
QUADRO 4.3 – TAXA DE RESPOSTA ÀS QUESTÕES DO INQUÉRITO APLICADO AOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES.	63
QUADRO 4.4 – MUNICÍPIOS QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO, RESPECTIVA DATA DE INÍCIO DO PROCESSO DE A21L, DISTRITO E REDE DE MUNICÍPIOS A QUE PERTENCEM PARA ELABORAÇÃO DA A21L.	73
QUADRO 4.5 – DISTRIBUIÇÃO DAS FASES EM QUE SE ENCONTRAM OS PROCESSOS DE A21L NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES EM RELAÇÃO À DATA DE INÍCIO DO PROCESSO.....	77
QUADRO I.1 – N.º DE ENTIDADES EUROPEIAS QUE ASSINARAM OU MANIFESTARAM INTERESSE EM ASSINAR A CARTA DE AALBORG, POR PAÍS	95
QUADRO I.2 – N.º DE ENTIDADES EUROPEIAS QUE ASSINARAM OU MANIFESTARAM INTERESSE EM ASSINAR OS COMPROMISSOS DE AALBORG, POR PAÍS.....	96

“Não é disto que é feita a cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado. (...) Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas da rua, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes.”

...

“São as formas que a cidade poderia haver tomado se não se tivesse tornado, por uma razão ou por outra, como hoje a vemos. Em todas as épocas alguém, vendo Fedora tal como era, imaginara o modo de fazer dela a cidade ideal, mas enquanto construía o seu modelo em miniatura já Fedora não era a mesma de antes, e o que até ontem havia sido um seu possível futuro agora era apenas um brinquedo dentro de uma esfera de vidro.”

As cidades invisíveis, Ítalo Calvino

I. INTRODUÇÃO

A maioria da população humana vive em zonas urbanas, na Europa 75% da população vive em cidades (EEA, 2006), tendência que se mantém crescente. A Europa é assim uma sociedade maioritariamente urbana com quatro em cada cinco europeus a viver em zonas urbanas (<http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/about.html>). Contudo, a criação das cidades assenta no consumo de recursos, nomeadamente na desflorestação, alteração de usos do solo e da paisagem. Baseia-se na utilização de combustíveis fósseis, gera resíduos, tráfego, poluição do ar e sonora, entre outros efeitos e impactes que ultrapassam os limites administrativos das cidades que os geram com consequências directas na qualidade de vida e na saúde dos seus habitantes. Por outro lado, as cidades são centros de inovação, de criatividade, de cultura, de progresso social, de tecnologia, de investimento económico e de capital humano e quando apresentam densidades e planeamento adequado, demonstram até ser o modo mais eficiente de vida. Assim, se a maioria dos problemas ambientais que a sociedade actual enfrenta têm origem nas áreas urbanas, são estas que conjugam os compromissos e capacidade de inovação para os resolver (<http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/about.html>).

A Agenda 21 Local (A21L) surge como resultado da Conferência do Rio (1992), com o reconhecimento de que grande parte dos problemas globais têm raízes na escala local. A A21L realça a importância de aplicação do conceito “Pensar global, Agir local”, conceito directamente relacionado com a aplicação do princípio da subsidiariedade. Constitui a ferramenta mais utilizada pelos municípios europeus em prol de um desenvolvimento local sustentável. Se é irrefutável o papel desempenhado pela A21L ao longo dos anos, verifica-se que existe pouco conhecimento em relação à sua aplicação à escala europeia, nomeadamente em relação à sua efectiva implementação e aos resultados obtidos. Os estudos existentes têm âmbito mundial e não permitem a análise do contexto europeu. Contudo, revelam que o processo de A21L tem-se demonstrado de difícil operacionalidade e que tem vindo a perder força num contexto global.

Dado o crescente reconhecimento por parte dos líderes locais da necessidade de acção em prol do desenvolvimento sustentável, revela-se importante identificar constrangimentos e potencialidades ao desenvolvimento de processos locais de desenvolvimento sustentável. Para tal, é necessária a existência de informação de base que faculte as visões e

experiências dos municípios e agentes envolvidos nestes processos. Surge assim a presente dissertação que pretende contribuir para a redução da lacuna de informação existente.

O presente trabalho de investigação encontra-se estruturado nos seguintes cinco capítulos:

- Capítulo I – Introdução;
- Capítulo II – Enquadramento;
- Capítulo III – Referencial orientativo, ferramentas, iniciativas;
- Capítulo IV – Aplicação de inquéritos e resultados;
- Capítulo V – Considerações Finais.

O primeiro capítulo apresenta o tema em estudo, a sua relevância, objectivos e metodologia adoptada. Segue-se o segundo capítulo no qual se efectua o enquadramento conceptual, nomeadamente, de sustentabilidade, de cidade e da integração destes dois conceitos no de cidade sustentável.

O terceiro capítulo apresenta o referencial normativo, em termos de política de ambiente urbano da União Europeia (UE), ferramentas, iniciativas, bem como, exemplos de boas práticas.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados da aplicação de um inquérito a agentes e municípios europeus envolvidos com processos de A21L.

O capítulo final apresenta a síntese do trabalho desenvolvido e os principais resultados e recomendações que decorrem da efectuação do mesmo.

I.1. Objectivo

A presente dissertação baseia-se num trabalho de investigação e de revisão do estado de arte em matéria de cidades sustentáveis na Europa. Tem como objectivo identificar os motivos que levam as autoridades locais a agirem perante o desenvolvimento sustentável, o enquadramento orientativo a essa acção e o nível de apoio informativo e técnico que as mesmas têm ao seu dispor para tornar as suas cidades mais sustentáveis. Pretende ainda analisar a utilização da A21L pelas autoridades locais europeias como a ferramenta mais utilizada com vista ao desenvolvimento local sustentável. Especificamente a avaliação que os agentes europeus fazem da sua utilização pelos municípios e a percepção que os municípios europeus têm da sua aplicabilidade. Esta análise tem como objectivo não avaliar a A21L, dado que a sua utilidade está comprovada, mas sim, analisar os constrangimentos e potencialidades à sua utilização, verificando de que forma as perspectivas de agentes e municípios europeus se encontram concertadas.

I.2. Metodologia

O trabalho de investigação inerente à presente dissertação baseou-se essencialmente em duas técnicas: revisão bibliográfica e recolha de informação pela aplicação de inquéritos. A figura 1.1 representa esquematicamente as etapas metodológicas do processo de investigação e as principais entradas de informação e técnicas utilizadas.

A primeira etapa prendeu-se com a definição do tema e âmbito da dissertação, de acordo com os objectivos definidos. Efectuou-se uma revisão de conceitos de enquadramento à temática das cidades sustentáveis, nomeadamente de sustentabilidade, de cidade e da integração destes dois conceitos no de cidade sustentável, definindo-se assim o quadro conceptual. Ainda numa óptica de enquadramento, traçou-se o panorama actual das cidades europeias em relação a um desenvolvimento sustentável. Especificamente, o desenvolvimento tipo das cidades europeias e os motores do mesmo, bem como, os problemas actuais com os quais se deparam e que fazem com que seja preciso trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável, aferindo-se o estado de arte na temática em estudo.

Numa segunda etapa analisou-se a política europeia de ambiente urbano, bem como, as iniciativas, programas e instrumentos que têm vindo a surgir, definindo-se o quadro orientativo. Salientam-se ainda algumas iniciativas inovadoras como exemplos do esforço de algumas autoridades locais europeias em prol do desenvolvimento sustentável. A escolha prendeu-se com o reconhecimento do sucesso da iniciativa, nomeadamente pela galardoação com prémios, e/ou pelo contexto em que surgiram. Optou-se pela selecção de exemplos de diferentes escalas de aplicação e âmbito por forma a evidenciar a diversidade de opções de actuação pelas autoridades locais.

Numa terceira etapa pretendeu-se identificar constrangimentos e potencialidades ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, nomeadamente no respeitante à aplicação da A21L. Para tal, recorreu-se à elaboração de um inquérito destinado aos municípios europeus com processos de A21L e um outro destinado aos agentes europeus que trabalham com os municípios no âmbito destes processos.

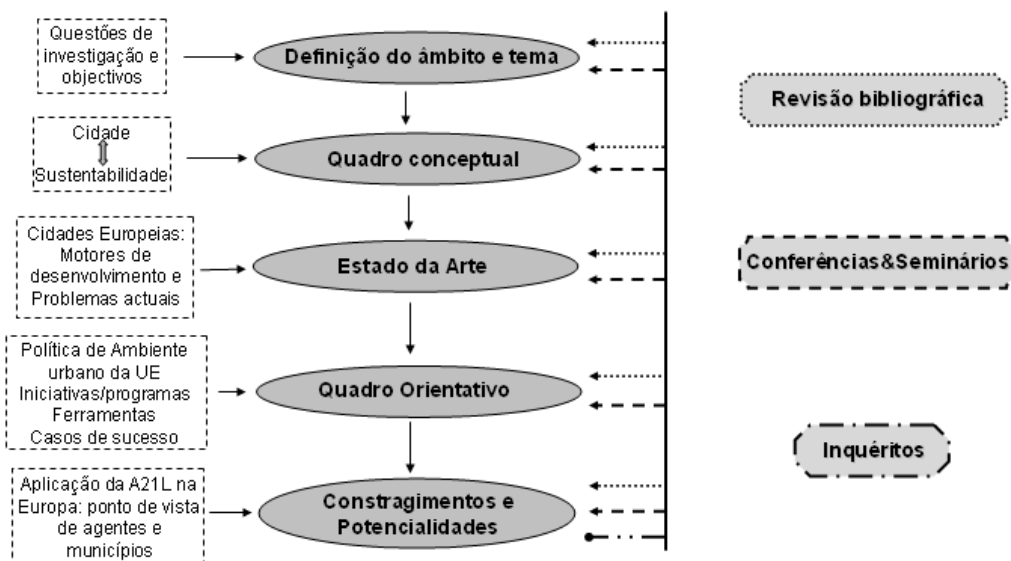


Figura 1.1 – Quadro metodológico utilizado no processo de investigação.

II. ENQUADRAMENTO

A “Revolução Neolítica” marcou a capacidade da espécie humana se fixar num determinado território e de o transformar de acordo com as suas necessidades. Assente numa economia de produção, com o controle da produção das fontes de alimentação - nomeadamente a agricultura, pastorícia, caça e pesca - criou as bases para o aparecimento das cidades.

As cidades são locais de aglomeração populacional de determinada escala, nas quais o cidadão estabelece relações de vários tipos, nomeadamente, sociais, culturais e comerciais, que vão sedimentando ao longo dos séculos e através das quais cria a estrutura, identidade e significado da sua imagem. Uma cidade tem quatro tipos de dimensões (Mela, 1999):

- Uma dimensão económica, sendo a cidade sede de actividades económicas com a função de produzir bens e fornecer serviços;
- Uma dimensão política e estrutura social, sendo os centros urbanos locais onde se articulam camadas e classes sociais e se organizam interesses colectivos;
- Uma dimensão cultural, sendo a cidade centro de oferta cultural e conflito entre várias culturas e sub-culturas, podendo gerar sínteses ou segregação e exclusão;
- Uma dimensão ecológica, relação entre a cidade como sistema artificial e o ambiente natural e biológico.

Os limites físicos de uma cidade podem ser definidos de acordo com diversos critérios. Em Portugal, a lei n.º11/82 de 2 de Julho, define as condições subjacentes às quais uma localidade tem o estatuto de cidade, que com excepção de “importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica”, define os seguintes critérios:

- Mais de oito mil eleitores, em um aglomerado populacional contínuo;
- Pelo menos metade dos seguintes equipamentos colectivos: instalações hospitalares com serviço de permanência, farmácias, corporação de bombeiros, casa de espectáculos e centro cultural, museu e biblioteca, instalações de hotelaria, estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, estabelecimento de ensino pré-primário e infantários, transporte público (urbano e inter-urbano) e/ou parques ou jardins públicos.

A revolução industrial marcou um momento de viragem na sociedade moderna, permitindo o surgimento de novos modelos de desenvolvimento assentes no capitalismo. A partir desse momento assistiu-se à alteração dos estilos de vida, padrões de consumo e, conseqüentemente, ao consumo descontrolado de recursos.

Ao longo dos tempos ocorreu um processo crescente de urbanização associado à migração campo-cidade. Em 1976 a primeira cimeira da ONU sobre as cidades, Conferência Habitat, teve como principal preocupação evitar uma urbanização em massa, a uma escala mundial, promovendo a melhoria das condições de vida nas zonas rurais. Contudo, a migração de população para a cidade continuou a ocorrer com a contribuição dos seguintes factores (Girardet, 2007):

- Desenvolvimento económico nacional;
- Acumulação urbana de poder político e financeiro;
- Substituição de importações;
- Globalização económica;
- Acesso aos recursos alimentares mundiais;
- Desenvolvimento tecnológico;
- Abastecimento em energia barata;
- Expansão dos sistemas de transportes centrados nas cidades;
- Migração a partir de áreas rurais;
- Reprodução das populações urbanas e às quais se pode acrescentar a centralização de recursos e a localização de actividades.

À medida que a população urbana aumenta, aumenta igualmente o nível de consumo de recursos. As cidades têm um funcionamento semelhante a um organismo vivo, possuem um metabolismo próprio, baseado num fluxo de recursos e produtos, consomem recursos e produzem resíduos. Contudo, na natureza, o metabolismo funciona num fluxo circular, os *outputs* de um sistema são inseridos como *inputs* num outro sistema, enquanto que o metabolismo urbano é sobretudo linear, os *outputs* não são devidamente inseridos num fluxo e dessa forma não são reabsorvidos pela natureza, transformam-se em elementos perturbadores do sistema quebrando os ciclos naturais.

Os impactes resultantes da urbanização não se fazem sentir apenas nos limites das fronteiras administrativas das cidades. Estudos relacionados com a pegada ecológica

das cidades demonstram que a área de terra necessária, para fornecer às cidades os recursos que necessita para as suas funções e para eliminar os seus resíduos, é geograficamente muito superior à sua própria área superficial, contribuindo significativamente para a perda de biodiversidade a nível local e global (http://www.unep.org/dpdl/PDF/Ecosystems_and_Biodiversity_Role_of_Cities.pdf).

Segundo dados de 2003, a Europa (25) apresenta uma pegada ecológica duas vezes e meia superior à sua área (http://www.footprintnetwork.org/qfn_sub.php?content=footprint_overview). Na realidade, os alimentos e madeira utilizados pelos habitantes das cidades provocam, por exemplo, a desflorestação e o esgotamento do stock de peixe em todo o mundo, enquanto que a energia utilizada nas cidades é produzida em centrais exteriores às cidades e posteriormente transferida por postes de alta tensão.

O tamanho e complexidade das cidades determinam proporcionalmente a sua dependência das áreas circundantes e a sua vulnerabilidade em relação às mudanças na envolvente (Rogers, 1997).

II.1. Cidades Europeias: o Panorama

Na Europa, as mudanças radicais de governos têm influenciado o contexto de ordenamento e gestão urbana. As cidades têm sido forçadas a entrar na competição por investimento entre si, o que tem levado à adopção de estilos empresariais de gestão, associados a visões de curto prazo e com objectivos financeiros no topo das prioridades (CEU, 2003). Assim, a cidade outrora vista como sinónimo de vida em comunidade, de liberdade, inovação, bem estar social, cultural e material, é nos dias de hoje vista por muitos como local de concentração de problemas sociais e ambientais com consequências para a saúde e qualidade de vida dos cidadãos.

A Europa é actualmente um dos continentes mais urbanizados do nosso planeta, com 75% da sua população a viver em áreas urbanas e estando previsto o aumento para 80% em 2020, podendo mesmo em alguns países vir a ser superior (EEA, 2006a). Acrescenta-se o facto de 80% da população europeia viver em cidades com mais de 10 000 habitantes (European Commission, 2007). A percentagem do território europeu com densidades populacionais superiores a 100 habitantes/km² é de 25% (EEA, 2002). Ao

referido, associa-se o facto de mais de um quarto do território da União Europeia estar consagrado a fins urbanísticos (EEA, 2006a).

Na actualidade, a maioria das cidades europeias confronta-se com uma série de problemas ambientais, relacionados com o estilo de vida e padrões de consumo, nomeadamente (Comissão das Comunidades Europeias, 2006):

- Problemas relacionados com a qualidade do ar, emissões de gases com efeito de estufa e ruído, gerados sobretudo pelo tráfego e congestionamento automóvel;
- Áreas edificadas de baixa qualidade;
- Terrenos abandonados;
- Dispersão urbana;
- Produção de resíduos e efluentes líquidos.

Contudo, aos referidos problemas acrescem os problemas sociais, relacionados com o emprego, habitação, criminalidade, pobreza, exclusão social, iniquidade de acesso a bens e serviços, entre outros. Por outro lado, as cidades constituem um motor económico, levando a que a sua atractividade aumente consequentemente o seu potencial de crescimento e a criação de empregos, contribuindo dessa forma para a aplicação da Estratégia de Lisboa (European Commission, 2006). A velocidade do avanço tecnológico verificada no século XX e XXI, baseada na procura, inovação e difusão, tem influenciado os modos de vida, a economia, as estruturas do território e a qualidade das cidades (CEU, 2003). A globalização da economia reforça ainda o impacte dos factores externos sobre o desenvolvimento urbano, mas se traz novas oportunidades, enfraquece também a economia local tradicional, podendo levar à depreciação dos objectivos locais e à perda das ligações económicas e culturais cidade-região, conduzindo a situações de exclusão social e de precariedade (CEU, 2003).

As formas de mobilidade na cidade são um desafio crucial para a gestão e ordenamento urbano. A mobilidade e a acessibilidade são factores determinantes na coesão do território europeu, bem como na melhoria da qualidade de vida das comunidades (EEA, 2006a). As infra-estruturas de transporte levam à impermeabilização dos solos e consequentemente ao aumento dos leitos de cheia e à fragmentação de áreas naturais (EEA, 2006a). A dependência do automóvel, para além dos problemas ambientais já mencionados, causa ainda perda de coesão social das cidades. A cidade é pensada em

função da circulação e estacionamento automóvel, dificultando a vivência e encontro nos espaços públicos. Acresce ainda o facto de se por um lado os tempos de deslocação parecem reduzir-se ou desvanecer-se, por outro lado muitos dos cidadãos sem posses são excluídos dos benefícios dos sistemas de comunicação modernos, a nível de transportes, equipamentos e serviços, não significando assim uma melhoria directa na acessibilidade (CEU, 2003).

Um fenómeno actualmente comum na Europa é a segregação e a dispersão urbana. É frequente nas cidades existir uma polarização que separa classes sociais por bairros, gerando situações de injustiça e exclusão social potenciadoras de fenómenos de revolta e violência. A dispersão urbana é um fenómeno comum por toda a Europa e não se apresentam sinais de abrandamento desta tendência (EEA, 2006b). Constitui um problema crítico com impactes significativos para o ambiente, saúde pública e qualidade de vida dos habitantes. Estes impactes relacionam-se com o aumento do consumo de energia e de solo, das emissões de gases com efeito de estufa (agravando o problema das alterações climáticas) e com o aumento da poluição sonora e atmosférica (EEA, 2006b). As causas da dispersão urbana assentam em factores micro e macro socio-económicos, tais como os meios de transporte, preço do solo, preferências de habitação, tendências demográficas, tradições e constrangimentos culturais, atractividade das áreas urbanas existentes e aplicação das políticas de planeamento (EEA, 2006b). É de salientar o facto de no questionário de percepção do *Urban Audit* levado a cabo pelo grupo de trabalho para a política regional da Comissão Europeia, apenas 27% dos inquiridos considerar fácil encontrar casa a preço razoável na cidade.

O envelhecimento da população europeia, a evolução da estrutura da família e dos laços familiares criam novos desafios sociais e de infra-estruturas (CEU, 2003). Actualmente as cidades debatem-se ainda com deficiências na prática da democracia local, criando um sentimento de abandono nos cidadãos, por parte dos seus representantes democraticamente eleitos, levando à perda de confiança no poder estabelecido, podendo este contribuir para atitudes egoístas e consumistas (CEU, 2003).

Assim, verifica-se que os problemas existentes actualmente nas cidades são particularmente complexos e com causas interligadas. Acresce o facto de a resolução

de um problema poder originar um outro. Contudo, e apesar do conjunto de problemas com que se deparam as áreas urbanas, 75% a 97% dos cidadãos europeus estão satisfeitos por viver nas suas cidades (DGRP, 2007).

II.2. Cidades Sustentáveis

Se grande parte dos problemas ambientais globais têm origem nas cidades e/ou nos seus modos de vida, dificilmente se poderá atingir a sustentabilidade ao nível global sem se tornar as cidades sustentáveis. É nas cidades que a dimensão social, económica e ambiental do desenvolvimento sustentável convergem mais intensamente (European Commission, 2007). Assim, torna-se necessário que as cidades sejam pensadas, geridas e planeadas de acordo com um modelo de desenvolvimento sustentável.

Para efeitos da presente dissertação, entende-se como desenvolvimento sustentável o desenvolvimento que permite colmatar as necessidades do presente, sem comprometer a resposta às necessidades das gerações futuras, através da integração da componente ambiental, social e económica, tal como preconizado no relatório de *Brundtland* em 1987, mas ainda aquele que reconhece, de acordo com um modelo de sustentabilidade forte (Figura 2.1):

- A capacidade de carga, disponibilidade e de resiliência dos ecossistemas;
- A componente institucional;
- Que a actividade económica só existe no contexto da sociedade;
- Aspectos importantes da sociedade não envolvem actividade económica;
- A actividade económica e a sociedade humana encontram-se condicionadas pelos sistemas naturais, não permitindo a diminuição do *stock* de capital natural.

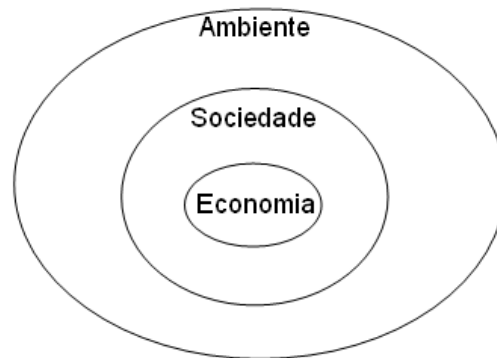


Figura 2.1 – Sustentabilidade forte (Office of the Parliamentary Commissioner, 2002).

Na cidade podem-se considerar várias dimensões da sustentabilidade (Johnson, 2006):

- **Capital natural:** uso do solo; biodiversidade; ar; recursos hídricos, efluentes líquidos, resíduos sólidos, solo e energia;
- **Capital humano e intelectual:** saúde, educação, investigação e pesquisa, serviços técnicos;
- **Capital de produção:** receitas, emprego, equidade e justiça social, habitação, infra-estruturas, finanças, investimento, crescimento;
- **Capital social:** governância, participação, responsabilidade, qualificação, redes para a capacitação e comunicação, cultura.

Na ausência de uma definição de “cidade sustentável” estabelecida, apresenta-se um conjunto de critérios, não substituíveis e interligados, que se relacionam directamente com o conceito: Habitável; Empregável; Educativa; Segura; Saudável; Criativa, atractiva e competitiva; Assegura a mobilidade sustentável; Acessível; Justa, inclusiva e equitativa; Ecológica; Compacta e policêntrica; Diversa; Dinâmica e activa; Economicamente diversa e florescente; Participativa; Interligada; Conserva a diversidade e riqueza do património natural e cultural; Oferece qualidade de vida aos seus cidadãos; Gerida de acordo com o conceito de governância.

Para além dos critérios apresentados o conceito de cidade sustentável deve assentar em princípios base (GPAU, 1996):

- **Princípio da integração política:** princípio relacionado com a coordenação e integração assentes no princípio da subsidiariedade e da responsabilidade partilhada, abrangendo a integração ao nível vertical, com vista à obtenção de maior coerência de política e acção e horizontal de forma a realizar as sinergias das dimensões da sustentabilidade;
- **Princípio da reflexão ecossistémica:** princípio assente na compreensão da cidade como sistema complexo, caracterizado por processos contínuos de transformação e desenvolvimento;
- **Princípio de cooperação e parceria:** princípio assente na visão da sustentabilidade como um processo de responsabilidade partilhada, na cooperação e parceria entre diferentes níveis, organizações e interesses, como elementos essenciais da acção em prol do desenvolvimento sustentável;
- **Princípio da gestão urbana:** princípio relacionado com uma gestão urbana assente no planeamento e utilização de instrumentos adequados, tendo em vista a integração, por forma a tornar o processo de formulação de políticas urbanas sustentáveis mais vasto, poderoso e ambicioso. Nomeadamente em relação a este princípio, salienta-se os princípios independentes e mutuamente reforçadores em que se deve basear (UN-HABITAT 2002): Sustentabilidade em todas as dimensões do desenvolvimento urbano; Subsidiariedade da autoridade e recursos ao nível mais apropriado; Equidade no acesso ao processo de tomada de decisão e às necessidades básicas da vida urbana; Eficiência na oferta de serviços públicos e na promoção do desenvolvimento económico local; Transparência e responsabilidade dos decisores e agentes; Compromisso cívico e cidadania; Segurança dos indivíduos e do ambiente em que vivem.

O Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano, através do relatório “Gestão Urbana Sustentável” de 2004, apresenta como problemas que necessitam de ser resolvidos com maior urgência, os seguintes:

- Cooperação insuficiente para além dos limites administrativos;
- Cooperação horizontal insuficiente;
- Dados, ferramentas e práticas incompatíveis e insuficientes;
- Desenvolvimento a curto prazo e projectos isolados;
- Participação pública insuficiente;
- Cooperação vertical insuficiente;
- Necessidade de capacidade institucional e pessoal;
- Separação entre o planeamento e a implementação;
- Problemas com as parcerias público/privado;
- Recursos insuficientes para o planeamento;
- Falta de compromisso com assuntos de sustentabilidade.

O conceito de cidade sustentável demonstra assim ser um conceito abrangente e transversal, assente num conjunto de princípios base e directamente relacionado com a implementação de boas práticas de gestão urbana.

III. REFERENCIAL ORIENTATIVO, FERRAMENTAS, INICIATIVAS

Foi na década de 80 que surgiram as primeiras iniciativas mundiais dedicadas à sustentabilidade urbana e ao reconhecimento da importância do papel das cidades no ambiente global e qualidade de vida das populações, nomeadamente, em 1983, a OCDE - *Group of Urban Affairs*, lançou o projecto *Ecological City*, projecto destinado às autoridades locais com o objectivo de desenvolver acções locais participadas e integradas com vista a uma cidade ecológica.

Se o referido projecto tinha um enfoque ambiental, em 1986, no âmbito da Política Europeia Comum da Organização Mundial de Saúde, é lançado o projecto “Cidades Saudáveis”, inserida no objectivo da “Estratégia de Saúde para todos no ano 2000”. Surge assim a “Rede Europeia de Cidades Saudáveis”, com o objectivo de inserir as cidades no cumprimento dos objectivos da Política Europeia Comum da Organização Mundial de Saúde. A rede funciona por fases de cinco anos, encontrando-se actualmente na 4ª fase, cada fase apresenta áreas prioritárias de acção. Desde então que as principais organizações mundiais se dedicam à temática do desenvolvimento urbano, nomeadamente as Nações Unidas, a OCDE e o Banco Mundial, com o lançamento de programas de elevado renome e projecção como o HABITAT (UN-HABITAT), que por sua vez desenvolve um conjunto de programas globais (Quadro 3.1) envolvendo países de todo o mundo e uma multiplicidade de parceiros e beneficiários. Na actualidade, os programas e campanhas destas organizações dirigem-se sobretudo aos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

Em 1990, representantes de mais de 200 órgãos locais de todo o mundo fundaram o Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), no Congresso Mundial dos Governos Locais para um Futuro Sustentável, nas Nações Unidas em Nova Iorque (GPAU, 1996). O ICLEI tem ao longo dos anos divulgado boas práticas de sustentabilidade, apoiado os governos locais nos processos de sustentabilidade que desenvolvem e lançado programas e campanhas várias (Capítulo III.2.). É de destacar o papel do ICLEI - Europa na promoção do desenvolvimento sustentável à escala local e apoio prestado às autarquias locais europeias.

Quadro 3.1 – Programas globais promovidos pela UN-HABITAT (Fonte: www.unhabitat.org).

Programas	Data	Principais Características
<i>Best Practices and Local Leadership Programme</i>	1997	Rede global de agências governamentais, autoridades locais e suas associações, instituições profissionais e acadêmicas dedicadas à identificação e partilha de soluções de desenvolvimento sustentável de sucesso. O objectivo é a capacitação dos decisores
<i>Housing Rights Programme</i>	2002	Programa que tem como objectivo apoiar os estados e outros agentes na implementação dos seus compromissos perante a Agenda Habitat, assegurando o direito a habitação de qualidade
<i>Strengthening Training Institutions</i>		Desenvolvimento de recursos e capacitação institucional por forma a assegurar a implementação do objectivo do Milénio relacionado com a vivência em habitações precárias
<i>Urban Management Programme</i>	1986	Desenvolve e aplica conhecimentos na área da gestão urbana nas seguintes temáticas: governância urbana participada, redução da pobreza urbana, gestão do ambiente urbano e HIV/Sida
<i>Cities Alliance</i>		Rede de cidades e parceiros empenhados em ampliar abordagens bem sucedidas de redução da pobreza. Entre outras, a Aliança apoia processos de Estratégias de Desenvolvimento das Cidades, ajuda as cidades a formular estratégias de financiamento sustentável e atrai investimentos de capital de longo prazo para infra-estruturas e outros serviços
<i>Localizing Agenda 21</i>	1995	Capacitação e apoio na realização de processos de A21L tendo em vista a implementação da Agenda 21 e da Agenda Habitat. Destina-se a cidades secundárias e pretende promover princípios de boa governância
<i>Safer Cities Programme</i>	1996	Lançado a pedido das autoridades locais africanas pretende combater a violência urbana através do desenvolvimento de estratégias locais de prevenção
<i>Water and Sanitation Programme</i>		O objectivo principal é garantir o acesso a água potável e saneamento em África e na Ásia através dos programas regionais do <i>Water and Sanitation Trust Fund</i>
<i>Global Urban Observatory</i>		Mecanismo de monitorização de progresso global na implementação da agenda Habitat e avaliação das condições e tendências urbanas globais
<i>Rapid Urban Sector Profiling for Sustainability</i>		Avaliação orientada para a acção célere em termos das condições urbanas de uma cidade. Leva a cabo uma análise rápida da situação urbana actual em sete áreas temáticas envolvendo agentes relevantes
<i>Sustainable Cities Programme</i>	1990	Capacitação em matéria de planeamento e gestão do ambiente urbano
<i>Slum Upgrading Facility</i>	2004	Incide sobre assuntos relacionados com a gestão financeira dos assuntos domésticos

Se em 1991, 130 cidades assinaram a Declaração de Toronto relativa às cidades e ao seu ambiente, comprometendo-se os signatários a elaborar planos de desenvolvimento sustentável para as suas cidades, em 1992, 45 cidades participaram no Fórum Urbano Mundial, iniciativa associada à Cimeira da Terra, e assinaram o Compromisso de Curitiba relativo ao desenvolvimento urbano sustentável (GPAU, 1996). A Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), também designada Cimeira da Terra ou Conferência da Terra, que ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro, concentrou a atenção mundial na necessidade de promover o desenvolvimento sustentável à escala global (GPAU, 1996). Nesta conferência todos os Estados-Membros assinaram a Carta da Terra (Declaração do Rio sobre Ambiente e

Desenvolvimento) e a Agenda 21, um plano de acção global em prol de um desenvolvimento sustentável, comprometendo-se a elaborar uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (GPAU, 1996).

Foi com a Agenda 21, que o papel da escala local para o desenvolvimento sustentável ganha uma importância notória. O capítulo 28 intitula-se “iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21”, capítulo do qual resulta o conceito de Agenda 21 Local (A21L), plano de acção estratégico, de longo termo, participativo e multisectorial através da implementação do qual os objectivos da Agenda 21 são alcançados ao nível local. A A21L preconiza como objectivo que em 1996 a maioria das autoridades locais tivessem iniciado um processo de consulta à comunidade de forma a realizar uma AL21.

III.1. Política de Ambiente Urbano da UE

Para efeitos da presente dissertação, considera-se que o conceito de ambiente urbano assenta em duas vertentes fundamentais, uma ligada aos aspectos do conforto humano e outra aos aspectos de segurança e saúde pública. Trata-se em suma de questões de bem-estar ambiental, tendo por base o sistema urbano, os elementos do sistema e as relações que entre ele se estabelecem, das quais se retêm as que produzem ou poderão produzir impactes ou efeitos possíveis sobre o ambiente, estabelecendo que, em qualquer forma de gestão urbana correcta e eficaz, os objectivos de desenvolvimento económico e de promoção da qualidade ambiental urbana se potenciam mutuamente (Partidário, 2000). Assim, pode-se considerar que a melhoria do ambiente urbano é a força motriz de um desenvolvimento urbano sustentável.

A política de ambiente urbano da União Europeia fornece as linhas orientadoras de desenvolvimento e gestão urbana aos seus estados membros. Desde o início das discussões em torno do desenvolvimento sustentável que a política europeia vem incorporando estas questões, acompanhando e apoiando os movimentos internacionais referidos.

Documentos como a Carta Europeia de Solos (1972), a Carta Europeia de Ordenamento do Território (1983), a Declaração de Oslo (1991) e iniciativas como a 1ª Conferência Europeia sobre Ambiente e Saúde (1986) demonstram que desde cedo a União Europeia orientou os seus estados-membros para uma política de planeamento e

ordenamento do território complementar com o conceito de desenvolvimento sustentável, como forma de melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

Também o 4º Programa de Acção em Matéria de Ambiente da UE, delineado para o período 1987-1992, menciona a importância de abordar o ambiente urbano de forma integrada, bem como a necessidade de verificar em que extensão os fundos estruturais europeus poderiam ser direccionados para o ambiente urbano, salientando a necessidade da existência de fundos para esquemas de renovação urbana (European Commission, 1990). O programa propõe ainda à Comissão a elaboração de um relatório que examine a forma como o sector público e privado podem unir esforços na reabilitação de determinadas áreas urbanas (European Commission, 1990).

É em 1990, com o lançamento do Livro Verde sobre Ambiente Urbano, que ocorre o 1º grande passo na UE para a reflexão, debate e estabelecimento de linhas de acção em matéria de política de ambiente urbano. Surge na sequência de representantes de cidades europeias terem salientado a falta de atenção da UE para as cidades, em contraste com o seu interesse pelas zonas rurais. Reconhece o impacto das políticas europeias ao nível urbano e a origem dos problemas ambientais como resultante das causas da degradação ambiental e das escolhas económicas e sociais efectuadas, ao mesmo tempo que realça o facto da resolução dos problemas das cidades representarem uma grande contribuição para a resolução dos problemas globais. Apresenta 4 temas diagnóstico prioritários:

- Poluição urbana;
- Qualidade do Ambiente urbano,
- Espaços verdes e espaços públicos;
- Periferia Urbana
- Áreas industriais desactivadas;

e rege-se por quatro princípios de acção:

- Coordenação-integração;
- Responsabilização;
- Sustentabilidade;
- Subsidiariedade.

Relativamente aos princípios de acção define 2 áreas prioritárias, as políticas relacionadas com a estrutura física (como sejam, planeamento urbano; transporte urbano; protecção e valorização da herança histórica; protecção e valorização das áreas naturais) e as políticas relacionadas com a diminuição do impacte no ambiente urbano (como sejam, indústria urbana; gestão energética; gestão de resíduos sólidos urbanos e gestão da água).

Em 1991, a resolução do Conselho Europeu 91/C 33/02 de 28 de Janeiro, vem reconhecer a importância do livro verde sobre ambiente urbano e indicar que a solução dos problemas do ambiente urbano são a condição para o desenvolvimento sustentável das cidades. A resolução apresenta ainda um convite à comissão para que institua um grupo de peritos para o ambiente urbano, sob os seguintes objectivos (Comissão Europeia, 1997):

- Estudar o modo como as futuras estratégias de planeamento urbano e de uso do solo podem integrar objectivos ambientais;
- Aconselhar a comissão sobre a forma como a dimensão do Ambiente Urbano pode ser desenvolvida no âmbito da política ambiental da Comunidade;
- Analisar o modo como a Comunidade poderia contribuir mais eficazmente para a melhoria do ambiente urbano.

O referido grupo de peritos foi instituído em 1991 com a seguinte constituição (Comissão Europeia, 1997):

- Representantes do Ministérios do Ambiente de cada estado membro;
- Organizações Europeias e Internacionais:
 - Conselho da Europa;
 - Conselho dos Municípios e Regiões da Europa;
 - Eurocities;
 - Academia Europeia de Ambiente Urbano;
 - Fundação Europeia para a melhoria da qualidade de vida e trabalho;
 - Concelho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais(ICLEI);
 - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);
 - Federação Mundial das Cidades Gémeas;
 - Organização Mundial da Saúde.

A instituição do grupo de peritos sobre ambiente urbano levou à criação da campanha “Cidades Sustentáveis”, projecto através do qual o grupo pretende contribuir para os principais debates políticos em matéria de ambiente, em particular, para o desenvolvimento urbano sustentável (GPAU, 1996). A campanha foi ainda constituída com o intuito de encorajar e apoiar as cidades no desenvolvimento da sustentabilidade, obter resultados de desenvolvimento sustentável tangíveis, disseminação de boas práticas e promoção da capacitação de agentes (GPAU, 1996). Desde então, e até à 1ª Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, ocorrida em *Aalborg*, Dinamarca, em 1994, surgem outros documentos de referência demonstrativos da política de ambiente urbano seguida pela UE (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 – Documentos de política urbana da UE no período compreendido entre 1992-1994.

Documentos	Data	Principais Características
Carta Urbana Europeia	1992	Define os princípios pelos quais se deve reger a gestão urbana, tendo como objectivo constituir uma ferramenta para as autoridades locais com vista à harmonização das funções das cidades, direitos e qualidade de vida dos cidadãos
Tratado da UE/ /Tratado de <i>Maastrich</i>	1992	Marca a viragem do desenvolvimento baseado no crescimento económico, integrando princípios e medidas relativas ao ordenamento do território e formalizando o princípio da subsidiariedade, adquirindo as autoridades locais uma função específica no respeitante à aplicação de legislação e iniciativas (GPAU, 1996)
5º Programa de acção em matéria de ambiente “Towards Sustainability”	1993	Apresenta os problemas ambientais como resultantes da deterioração do ambiente urbano e sete temas e alvos, dos quais um é o ambiente urbano, não apresentando contudo medidas específicas para o mesmo

É na Conferência de *Aalborg*, em 1994, que ocorre o lançamento da campanha “Cidades Sustentáveis”, na sequência do lançamento da Agenda 21, na Cimeira da Terra, cimeira essa que deu um grande contributo para a política urbana da União europeia. A conferência surge directamente da aproximação do objectivo delineado na Agenda 21, de – em 1996 – a maioria das autoridades locais de cada país terem realizado processos de consulta pública para a definição de uma Agenda 21 Local para a comunidade (A21L) e de um conjunto de actores ter demonstrado a necessidade de apoio no processo.

Para além da instituição da campanha Cidades Sustentáveis, outro resultado importante saiu da conferência, a “*Carta de Aalborg*”. A *Carta de Aalborg* surge com a compreensão do actual modo de vida urbano e das consequências que daí advêm. O documento encontra-se dividido em três partes: Declaração Comum - Cidades Europeias para a Sustentabilidade; Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis;

Participação no processo Local da Agenda 21 - planos de acção local para a sustentabilidade.

Quadro 3.3 – Temas preconizados na *Carta de Aalborg*.

Conceito e Princípios de Sustentabilidade
Estratégias Locais para a Sustentabilidade
A Sustentabilidade como um Processo Criativo, Local e Equilibrado
A Negociação Aberta como Método de Resolução de Problemas
A Economia Urbana para a Sustentabilidade
Equidade Social para a Sustentabilidade Urbana
Padrões de Uso Sustentável do Território
Padrões de Mobilidade Urbana Sustentável
Responsabilidade pelo Clima Mundial
Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas
A Auto Gestão no plano local, condição necessária da Sustentabilidade
Os Cidadãos como Protagonistas da Sustentabilidade e o Envolvimento da Comunidade
Meios e Instrumentos da Gestão Urbana, orientados para a Sustentabilidade

As autoridades locais ao assinarem a Carta reconhecem o que a mesma declara para cada um dos temas, nomeadamente a necessidade de realizar estratégias integradas de desenvolvimento sustentável específicas para as suas cidades, e passam automaticamente a fazer parte da campanha “Cidades sustentáveis”. Ao aderirem à referida campanha inserem-se numa rede de cidades com o intuito de recolha e disseminação de informação sobre desenvolvimento sustentável ao nível local e de angariar novos signatários da carta.

Desde a conferência de *Aalborg* ocorreram mais quatro conferências da campanha “Cidades Sustentáveis” (Quadro 3.4), cada uma com um resultado diferente, embora todas com o intuito de estimular o reconhecimento da necessidade de acção local para com o desenvolvimento sustentável.

Quadro 3.4 – Conferências da campanha “Cidades Sustentáveis”.

Conferências	Local	Ano	Resultado
1ª Conferência das Cidades Sustentáveis	<i>Aalborg</i>	1994	<i>Carta de Aalborg</i>
2ª Conferência das Cidades Sustentáveis	Lisboa	1996	Plano de Acção de Lisboa: da carta à acção
3ª Conferência das Cidades Sustentáveis	<i>Hannover</i>	2000	<i>The Hannover Call</i>
4ª Conferência das Cidades Sustentáveis	<i>Aalborg</i>	2004	<i>Compromissos de Aalborg</i>
5ª Conferência das Cidades Sustentáveis	Sevilha	2007	Espírito de Sevilha

Passados dez anos da 1ª Conferência das Cidades Sustentáveis, ocorre a 4ª Conferência das Cidades Sustentáveis, novamente na cidade de *Aalborg* e intitulada “*Aalborg +10*”. Na referida conferência as autoridades locais europeias confirmam a perspectiva comum de desenvolvimento sustentável para as suas comunidades, ou seja, cidades e vilas inclusivas, prósperas, criativas e sustentáveis, que proporcionam uma boa qualidade de vida a todos os cidadãos e a sua participação em matérias de vida urbana (<http://www.aalborgplus10.dk>). Como principal resultado da conferência

surgem os “Compromissos de *Aalborg*”. Os Compromissos de *Aalborg* desenvolveram-se com base em outros documentos já existentes como a Carta de *Aalborg* (1994); o Plano de Acção de Lisboa “Da Carta à Acção” (1996) e a Declaração de *Hannover* dos Presidentes de Municípios Europeus (2000) (<http://www.aalborgplus10.dk>). Assumem um papel fulcral no assegurar do desenvolvimento sustentável e pretendem garantir que os esforços de cada município para melhorar a qualidade de vida local não colocam em risco a qualidade de vida de outras pessoas noutras partes do mundo, bem como, das gerações futuras (<http://www.aalborgplus10.dk>). Reconhece ainda a importância da aplicação do princípio da subsidiariedade e a importância da escala local para aplicação das políticas europeias.

Ao assinarem os Compromissos de *Aalborg* as autoridades locais adoptam simultaneamente a Carta de *Aalborg*, comprometem-se a produzir um documento base sobre o Estado da Situação Actual referente aos temas contidos nos Compromissos de *Aalborg*; a entrar num processo participativo local para o estabelecimento de metas; a monitorizar resultados perante os compromissos e em estabelecer prioridades com o objectivo de abordar os dez compromissos (<http://www.aalborgplus10.dk>) (Quadro 3.5).

Quadro 3.5 – Compromissos de *Aalborg*.

Governância
Gestão Local para a Sustentabilidade
Bens Comuns Naturais
Consumo Responsável e Opções de Estilos de Vida
Planeamento e Desenho Urbano
Melhor Mobilidade, Menos Tráfego
Acção Local para a Saúde
Economia Local para a Saúde
Economia Local Dinâmica e Sustentável
Equidade e Justiça Social
Do Local para o Global

Em 2001 a Comissão lança o 6^a Programa de Acção em Matéria de Ambiente, intitulado “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha”. O programa apresenta 4 áreas de actuação prioritárias:

- Combate ao problema das alterações climáticas;
- Natureza e biodiversidade – proteger um recurso único;
- Ambiente e saúde;
- Gestão sustentável dos recursos naturais e dos resíduos.

Um dos objectivos ambientais preconizado no programa é tornar as decisões, em matéria de ordenamento e gestão do território, ecologicamente mais responsáveis. Deste, resultam duas acções directamente relacionadas com a escala urbana e o desenvolvimento urbano sustentável:

- Apoio contínuo aos programas e redes que fomentam o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de boas práticas em matéria de desenvolvimento urbano sustentável;
- A política de coesão comunitária, e em especial a utilização dos fundos comunitários, devem contribuir para garantir que seja tido em conta correctamente o ordenamento territorial, incluindo o desenvolvimento urbano, sustentável.

O programa prevê ainda sete estratégias temáticas, estabelecidas de acordo com problemas ambientais prioritários, problemas que exigem uma abordagem alargada em relação às áreas de acção estabelecidas. Uma das estratégias é dedicada ao ambiente urbano, para a qual o programa identifica os seguintes elementos (WG-UEMPS, 2005):

- Agenda 21 Local;
- Travar o aumento do volume de tráfego;
- Enfraquecer a ligação entre o crescimento económico e a exigência em termos de transporte de passageiros;
- Promoção do transporte público e não motorizado;
- Promoção de transportes públicos com veículos de baixas emissões;
- Indicadores de ambiente urbano.

Em 2004 é produzido o documento, "Towards a Thematic Strategy on the Urban Environment", que apresenta uma análise preliminar dos desafios que as áreas urbanas enfrentam e no qual sugere 4 domínios prioritários:

- Gestão urbana;
- Transportes sustentáveis;
- Construção;
- Concepção urbana.

O documento foi produzido para debate e participação, como contributo para elaboração do documento final e lançamento da estratégia que ocorreu em 2006. Em 2006 é então lançada a estratégia temática sobre ambiente urbano, com o objectivo de "contribuir para uma melhor qualidade de vida através de uma abordagem integrada e

centrada nas zonas urbanas” e ”contribuir para um elevado nível de qualidade de vida para os cidadãos e de bem-estar social, proporcionando um ambiente em que o nível de poluição não provoque efeitos nocivos na saúde humana e no ambiente e encorajando um desenvolvimento urbano sustentável”, nomeadamente:

- Cidades mais atractivas e saudáveis para viver, trabalhar e investir;
- Reduzir o impacto negativo das cidades no ambiente em geral, nomeadamente em matéria de alterações climáticas;
- Aplicar as prioridades do 6º Programa de Acção em Matéria de Ambiente e de outras políticas ambientais, incluindo as restantes estratégias temáticas.

A estratégia rege-se então por um carácter transversal. Realça o papel decisivo das autoridades locais de acordo com a aplicação do princípio da subsidiariedade. As medidas preconizadas na estratégia são:

- Orientação em matéria de gestão ambiental integrada;
- Orientação em matéria de planos de transporte urbano;
- Apoio ao intercâmbio de melhores práticas à escala da UE;
 - Estabelecimento de redes e projectos de demonstração;
 - Rede de pontos de contacto nacionais sobre temas urbanos;
- Portal Internet da Comissão para as autoridades locais;
- Formação;
- Contribuição de outros programas comunitários de apoio;
 - Política de coesão;
 - Investigação.

A estratégia prevê ainda a consulta regular dos Estados-Membros, e das autoridades locais e regionais e restantes partes interessadas, relativamente ao impacte das medidas incluídas na estratégia, bem como, um processo de consulta pública mais vasto a realizar em 2009. As opiniões recolhidas, juntamente com dados disponíveis sobre o desempenho ambiental a nível urbano, serão avaliadas no âmbito da revisão do 6º Programa de Acção em Matéria de Ambiente, em 2010, analisando nessa altura a necessidade de medidas complementares.

Em 2007 é lançada pela presidência alemã a Carta de *Lepzig*, carta sobre cidades sustentáveis, na qual os ministros dos estados membros, responsáveis pelo desenvolvimento urbano, reconhecem todas as cidades europeias, como possuindo

qualidades culturais e arquitectónicas, fortes forças de inclusão social e excelentes possibilidades de desenvolvimento económico, bem como, centros de conhecimento e fontes de crescimento e inovação, ao mesmo tempo que enfrentam problemas como exclusão social, problemas demográficos, inequidade social e problemas ambientais. A carta reconhece ainda os Compromissos de *Aalborg* como um contributo valioso para uma acção coordenada e estratégica ao nível local, bem como tem em conta a carta europeia “Network vital cities”. A carta de de *Lepzig* recomenda:

- Melhor uso de abordagens políticas de desenvolvimento urbano integrado: criar e assegurar espaços públicos de alta qualidade; modernizar rede de infra-estruturas e melhorar a eficiência energética; inovação proactiva e políticas educacionais;
- Prestar especial atenção a bairros degradados no contexto da cidade como um todo: seguir estratégias de melhoria do ambiente físico; fortalecer a economia local e a política de mercado laboral local; educação proactiva e políticas de capacitação para crianças e jovens; promoção de transportes eficientes e economicamente acessíveis.

Salienta ainda a importância das políticas de desenvolvimento urbano assentarem no nível nacional, nível que deve estimular soluções inovadoras. É necessário que os estados membros reconheçam ao nível nacional a importância das cidades para o alcance das ambições nacionais, regionais e locais e o impacte das suas políticas sobre estas. Finaliza com a constatação que a Europa necessita de cidades e regiões fortes e agradáveis para se viver.

Para além dos documentos referidos, outros documentos de referência da UE têm expressão directa no ambiente urbano (Quadro 3.6). Salienta-se ainda, que para além do apoio normativo, a UE ao longo do tempo foi lançando vários programas de apoio financeiro, nomeadamente o *LIFE*, *INTERREG* e o *Urban I* e *II*.

Como reconhecimento do esforço e compromisso das autoridades locais para com o desenvolvimento sustentável, a Comissão Europeia lança em 2008 o prémio “Green Capital Award”, por forma a promover e recompensar esse esforço (http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/index_en.htm). O referido prémio será atribuído anualmente, a partir de 2010, a uma cidade que (http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/index_en.htm):

-
- Possui um registo consistente de obtenção de níveis de qualidade ambiental elevados;
 - Está comprometida com objectivos ambiciosos para com a melhoria ambiental contínua e o desenvolvimento sustentável;
 - Possa agir como modelo de inspiração para outras cidades e como promoção de boas práticas às outras cidades europeias.

Os critérios de selecção das cidades premiadas baseiam-se em dez áreas indicativas (http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/index_en.htm):

- Contribuição local para as alterações climáticas globais;
- Transporte local;
- Disponibilidade de áreas verdes disponíveis ao público;
- Qualidade do ar;
- Poluição sonora;
- Gestão e produção de água;
- Consumo de água;
- Tratamento de águas residuais;
- Gestão ambiental da autoridade local;
- Uso do solo sustentável.

O painel de avaliação terá em conta a situação ambiental presente e o desenvolvimento dos últimos cinco a dez anos; a extensão da implementação de medidas inovadoras e eficientes para melhorar o ambiente local para cada uma das áreas indicativas e os planos para implementação de futuras medidas. (http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/index_en.htm).

Quadro 3.6 – Documentos e iniciativas da UE referentes ao ambiente urbano.

Documentos	Data	Principais Características
Desenvolvimento urbano sustentável na UE: Um quadro de acção	1998	Surge na sequência do documento produzido pelo grupo de peritos de ambiente urbano intitulado “Para uma agenda urbana da UE”, como resposta à comunicação da comissão, que tinha como objectivo examinar as políticas da UE do ponto de vista do seu impacto ao nível urbano e melhorar a integração das políticas a esse nível. O documento reconhece o potencial das políticas da UE a nível urbano e representa a tentativa da UE dar um passo no sentido de aumentar a eficácia das suas políticas, tornando-as mais sensíveis às necessidades das zonas urbanas e assegurar que essas políticas contribuem para um desenvolvimento urbano integrado. O documento rege-se sob os princípios da subsidiariedade, integração, parceria, sustentabilidade ambiental e eficiência do mercado, e apresenta-se estruturado em quatro objectivos políticos interdependentes entre si (Comissão das Comunidades Europeias, 2004): reforço da prosperidade económica e emprego nas cidades; promoção da igualdade, inclusão social e regeneração nas zonas urbanas; protecção e melhoria do ambiente urbano: rumo à sustentabilidade local e global; contribuir para a boa administração urbana e a responsabilização local
Grupo de peritos em uso do solo sustentável	2000	Formado pela Comissão com o objectivo de rever as políticas e práticas em matérias chave de uso do solo (reutilização de solo industrial, melhoria do uso das infra-estruturas urbanas, diminuição da dispersão urbana, identificação e avaliação dos instrumentos da União Europeia existentes e planeados com impacto no processo) e fazer recomendações à Comissão para possíveis ajustamentos e aditamentos aos instrumentos políticos e acções nesta área
Grupo de trabalho em integração integrada da legislação ambiental	2001	Formado pela Comissão com o objectivo específico de definir e propor os passos que a comissão pode dar, para encorajar a implementação de abordagens integradas da legislação ambiental nas áreas urbanas
Relatório relativo a uma maior implementação integrada da legislação ambiental em áreas urbanas	2002	Relatório do grupo de trabalho em implementação integrada da legislação ambiental. Encara “integração” como o “compromisso de várias autoridades locais europeias envolvidas na responsabilidade de gerir diariamente problemas complexos e interrelacionados como a mobilidade, qualidade do ar, ruído, uso do solo, etc.”. Foram identificados no relatório como campos prioritários de acção os seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o uso de planos integrados para o ambiente urbano, baseados em métodos e abordagens semelhantes a Agendas 21 Locais; ▪ Promover a implementação voluntária do EMAS nas políticas urbanas públicas locais; ▪ Promover a implementação voluntária da Avaliação Ambiental Estratégica nas políticas públicas urbanas locais; Promover o uso de ferramentas inovadoras, orientadas para o aumento do conhecimento público, em alterações de mercado e comportamentos de consumo
Estratégia de Lisboa	2005	Relançamento da estratégia de 2000 que tinha como objectivo tornar a UE a economia mais dinâmica e competitiva em 2010, através da renovação económica, social e ambiental com vista ao desenvolvimento sustentável e à coesão social. Dá continuação à importância e pertinência da estratégia inicial, centrando-se no objectivo do crescimento e emprego procurando promover a coesão, competitividade e desenvolvimento. Como tal, a comissão lança nesse ano o documento “Cities and the Lisbon Agenda: Assessing the Performance of Cities” que permite analisar o estado das cidades europeias e avaliar o contributo das cidades para a concretização dos objectivos preconizados na estratégia de Lisboa. O documento encontra-se estruturado em duas secções, o contributo das cidades para o emprego e crescimento e coesão social nas cidades
Revisão da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável da União Europeia	2006	O capítulo “COMMUNICATION, MOBILISING ACTORS AND MULTIPLYING SUCCESS” refere a importância do papel que cabe às autoridades locais e regionais no desenvolvimento sustentável. O principal objectivo é a construção de comunidades urbanas e rurais onde os cidadãos vivam e trabalhem com qualidade de vida. O documento refere ainda que abordagens como as agendas 21 local, bem como outros processos com inclusão de processos de participação pública, devem ser fortalecidos e promovidos. As autoridades locais devem ser convidadas a assinar os compromissos de <i>Aalborg</i> e integrar redes a vários níveis, apoiando estes processos. O documento sugere ainda que a Comissão deve apoiar a campanha das cidades sustentáveis e premiar as melhores iniciativas regionais e locais anualmente

Não existe uma abordagem concertada para a sustentabilidade local ao nível dos vários Estados Membros, o elo comum é a política para o ambiente urbano da Comissão Europeia. Dessa forma, a contribuição de cada estado membro para o desenvolvimento urbano à escala local varia muito. Em alguns dos estados membros, a política nacional apenas fornece orientação, em matéria de desenvolvimento local sustentável, com base nas directrizes nacionais preconizadas nas respectivas estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável, outros, lançam guias e orientações específicas.

Em Portugal, a primeira grande iniciativa nacional para com as cidades, foi o lançamento do Programa POLIS em 2000, programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (Capítulo III.3.). Em 2007 é lançado um guia, pela Agência Portuguesa de Ambiente, com o intuito de ajudar os municípios e comunidades locais a elaborar e implementar Agendas 21 Locais, “consubstanciando estratégias, de nível local, para o desenvolvimento sustentável”. O manual vê a A21L como a ferramenta que pode traduzir à escala local o preconizado na Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015, estratégia que apenas aponta o caminho a seguir ao âmbito nacional, não contendo orientações directas para a escala local. Surge da crença que as dificuldades de implementação da A21L resultam da “inexistência de uma metodologia, simples e objectiva, que proporcione as bases e pilares essenciais para assegurar a qualificação das estratégias locais de sustentabilidade.” O referido guia constitui o referencial normativo à implementação de Sistemas de Sustentabilidade Local (SSL) e representa o documento preferencial de carácter orientativo da forma como o governo nacional encara a aplicação do desenvolvimento sustentável ao nível local.

No caso concreto do Reino Unido, as autoridades locais aderiram com algum significado ao objectivo lançado na Cimeira da Terra de elaboração de uma A21L. A oportunidade de revisão das A21L levou à elaboração, por decisão governativa, de “Community Strategies”, estratégia com grande ênfase na participação da comunidade. Foi através do “The Local Government Act 2000” que o governo do Reino Unido colocou nas mãos dos governos locais a obrigação de elaboração de uma “Community Strategy”. Dessa forma, ao contrário do exemplo português, afirmou a obrigação de todos os governos locais partirem para a elaboração de um documento de desenvolvimento sustentável ao nível local e indicou claramente o que pretendia que fosse feito, de forma a uniformizar processos, tendo contudo em consideração as especificidades locais de cada comunidade.

O Governo do Reino Unido, através da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, aponta as “Community Strategies”, através de “Local Strategic Partnerships”, como tendo um papel chave no desenvolvimento sustentável, em particular em relação à habitação, regeneração, transportes, resíduos, abastecimento alimentar local, inundações, parcerias de negócios locais e saúde pública. As A21L são vistas como uma iniciativa positiva, mas como tendo sido um processo que acabou por se perder ou diluir em novos processos. A “Community Strategy” é encarada como uma aplicação que combina a inclusão social, habitação, emprego, serviços, infra-estruturas e o respeito pelo ambiente, por forma a criar locais onde as pessoas queiram viver e trabalhar, hoje e no futuro, tendo em conta as necessidades das gerações existentes e vindouras e respeitando as necessidades de outras comunidades para alcançarem o desenvolvimento sustentável.

Assim, as políticas e acções levadas a cabo pela União Europeia ao longo dos anos representam esforços convergentes, assentes no reconhecimento da importância do desenvolvimento sustentável das cidades para o desenvolvimento sustentável global. A estas, juntam-se ainda as políticas sectoriais para o ambiente urbano, como por exemplo as relacionadas com o combate às alterações climáticas, com a mobilidade e a energia. Contudo, a política de ambiente urbano da UE consiste somente num quadro referencial, orientativo e financeiro. Não pressiona eficazmente os estados membros a definir uma estratégia e metas para o desenvolvimento sustentável à escala local, verificando-se a existência de uma disparidade na orientação de cada estado membro às suas autoridades locais.

III.2 Ferramentas

Face aos problemas actualmente existentes nas cidades europeias, estas, vêm dando mostras do seu esforço para alterar esta situação e conseqüentemente mudar os padrões de qualidade de vida dos seus habitantes.

São hoje várias as ferramentas, campanhas e programas criados para apoiar as autoridades locais no caminho para o desenvolvimento sustentável. Alguns programas de âmbito internacional foram já referidos (Capítulo III).

A assinatura da Carta e dos Compromissos de *Aalborg* é representativa do compromisso das autoridades locais europeias para com o desenvolvimento local sustentável. Até ao momento 2552 autoridades locais europeias assinaram a Carta de *Aalborg* (Anexo I – Quadro I.1.) e 507 assinaram os Compromissos de *Aalborg* (Anexo I – Quadro I.2.). Em 2007 foi lançado pelo ICLEI o guia de implementação dos Compromissos de *Aalborg*, com o objectivo de apoiar as autoridades locais a cumprir os requisitos a que se propõem aquando da assinatura, uma vez que se o número de signatários é significativo a sua implementação tem-se revelado diminuta.

A A21L tem sido a ferramenta mais utilizada pelos municípios europeus em prol de um desenvolvimento local sustentável. Com maior adesão, nos primeiros tempos pós Cimeira da Terra, na Europa do Norte, tem tido na última década adesão crescente na Europa do Sul. Representa um instrumento importante para a inserção de políticas de desenvolvimento sustentável ao nível da administração local e da responsabilização política e ainda ao nível da evolução de governação local para governância local. Contudo, a falta de integração no quadro dos restantes instrumentos de planeamento levou, em muitos casos, a que se tornasse em mais um plano adicional, de difícil implementação e gestão. A implementação das A21L tem-se demonstrado difícil e sem resultados comprovados.

Ao longo do tempo a A21L vem-se descolando da componente ambiental e integrando os restantes pilares da sustentabilidade. Tem procurado incorporar efectivamente a participação pública e uma componente mais estratégica, bem como integrar outros níveis de intervenção no planeamento local. Deve ser encarada como um processo e não como um plano, promovendo a participação contínua e a governância. As boas práticas recomendam ainda o

envolvimento do presidente ou de cargos dirigentes de topo no comando/liderança do processo, tal como o desenvolvimento de parcerias desde as fases iniciais.

No contexto Europeu, a A21L encontra-se numa fase de acção 21 local, nomeadamente tem procurado adoptar as boas práticas e abordagens mais próximas do cidadão, formar e capacitar técnicos e cidadãos. O último panorama realizado sobre o estado de implementação da A21L ocorreu em 2002, no segundo estudo realizado pelo ICLEI com o apoio das Nações Unidas. No referido estudo, o ICLEI estabeleceu os critérios a que uma “verdadeira” A21L, ou processo similar, deve cumprir, a saber:

- Incluir um processo participativo com cidadãos locais;
- Incluir um consenso numa visão para um desenvolvimento sustentável;
- Considerar necessidades económicas, sociais e ambientais em simultâneo;
- Estabelecer uma forma de grupo multisectorial que acompanhe o processo;
- Preparar um plano de acção com metas de longo prazo;
- Estabelecer indicadores para monitorizar o processo;
- Estabelecer um quadro de monitorização e comunicação.

O mesmo estudo permitiu ainda verificar que o número de processos de A21L tem sido crescente ao longo do tempo, mas que nem todos os municípios têm cumprido os requisitos anteriores e como tal não se pode considerar que os processos de A21L, ou outros similares que tenham desenvolvido, permitam o alcance dos objectivos da A21L. A contabilização do número de cidades europeias com processos de A21L efectivos demonstra-se de difícil contabilização. Verifica-se que não existe um padrão em número e tamanho de municípios aderentes a este processo por país (ICLEI, 2002). Contudo, constata-se que a existência de uma campanha nacional, que promova estes processos, tem efeitos significativos na aderência dos municípios e na sua taxa de actividade perante os mesmos (ICLEI, 2002). Se na Suécia, em 2002, praticamente a totalidade dos municípios estavam já envolvidos em processos de A21L, na Alemanha apenas 12% dos municípios o estavam (ICLEI, 2002). Enquanto na Suécia houve uma forte campanha nacional, na Alemanha o mesmo não aconteceu, tendo o processo sido apoiado por associações de governos locais.

Embora de âmbito global e não europeu, o referido estudo permitiu verificar que se por um lado se tem verificado um crescente caminhar para a acção, integração no sistema de planeamento municipal e se tem melhorado ao nível da participação pública, por outro lado,

tem-se falhado na monitorização e avaliação, tornando-se difícil medir o progresso e os resultados directos.

No relatório do Grupo de Peritos de Ambiente Urbano sobre cidades sustentáveis de 1996, fica latente que a gestão urbana sustentável necessita de partilha de experiências, ensino e capacitação e que os instrumentos existentes necessitam de ser divulgados e integrar as várias componentes de sustentabilidade.

Ao longo dos anos têm surgido várias ferramentas para além dos compromissos de *Aalborg* e da A21L, umas directamente relacionadas com a implementação das referidas ferramentas e outras de âmbito complementar, mas sempre com o intuito de ajudar os municípios a implementar processos que levem ao seu desenvolvimento sustentável (Quadro 3.7). Dessa forma, os municípios europeus têm à sua disposição uma variedade e diversidade de ferramentas de fácil acesso (Quadro 3.7).

É notória a aposta e o esforço no desenvolvimento de ferramentas que permitam apoiar autoridades locais europeias no desenvolvimento sustentável das suas cidades. É de salientar o apoio da Comissão Europeia a estes projectos, tanto na forma institucional como financeira (Quadro 3.7).

São várias as tipologias de ferramentas à disposição dos municípios europeus com vista ao seu desenvolvimento sustentável, sendo umas de carácter transversal enquanto outras são de natureza sectorial. A maioria das ferramentas estão acessíveis na rede e são de acesso gratuito.

A aplicação de ferramentas pode ter um papel importante na melhoria dos processos de sustentabilidade local, principalmente porque impulsiona a delineação e a implementação de iniciativas, permite a concertação de metodologias e o *benchmarking*. Contudo, a falta de informação sobre os resultados e desempenho da sua aplicação e a existência de duplicação de ferramentas para um mesmo fim, pode levar a uma dificuldade acrescida na escolha da ferramenta e à necessidade de uma triagem na informação existente. Levanta-se ainda a questão de qual a estratégia a seguir, se a utilização de uma ferramenta de carácter transversal, ou de várias de carácter sectorial e como fazer a integração das várias ferramentas em utilização.

Quadro 3.7 – Algumas ferramentas existentes, disponíveis à utilização por parte das autoridades locais e suas principais características.

Ferramenta	Tipologia	Principais Características		Sítio na rede
<p align="center">Local Sustainability</p>	<p align="center">Plataforma</p>	Promotor	ICLEI	<p align="center">http://www.local-sustainability.eu/</p>
		Objectivo	Fornecer às autoridades locais o acesso a recursos relacionados com o desenvolvimento, implementação e monitorização de políticas de desenvolvimento sustentável	
		Descrição	Desenhado de acordo com o ciclo de sustentabilidade associado aos Compromissos de <i>Aalborg</i> . Inclui a ferramenta “Local Targets 21”, para apoio ao estabelecimento de metas e monitorização, a ferramenta “Local Resources 21” e “Local Evaluation 21”. “Local Resources 21” é uma ferramenta na rede que disponibiliza recursos e orientação às autoridades locais no sentido de efectivar o progresso perante a implementação dos Compromissos de <i>Aalborg</i> . “Local Evaluation 21” é uma ferramenta na rede com vista às autoridades locais poderem avaliar os seus processos de sustentabilidade. Apresenta Casos de Estudo/Boas Práticas	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	-----	
<p align="center">European Urban Knowledge Network (EUKN)</p>		Promotor	Comissão Europeia, Estados Membros, EUROCITIES, Programa URBACT Versão Portuguesa da responsabilidade da DGOTDU	<p align="center">http://www.eukn.org/eukn/ http://www.eukn.org/portugal/</p>
		Objectivo	Partilha de conhecimento e experiência em assuntos urbanos	
		Descrição	Fornece informação sobre as políticas urbanas de vários dos estados membros, alerta para os eventos que vão ocorrer, apresenta casos de estudo por temáticas e permite a submissão de casos de estudo pelos interessados	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Institucional (<i>DG for Regional Policy's Urban Unit</i>) e Financeiro (URBACT)	

Quadro 3.7 – Algumas ferramentas existentes, disponíveis à utilização por parte das autoridades locais e suas principais características (Continuação).

Ferramenta	Tipologia	Principais Características		Sítio na rede
Research for Sustainable Development	Plataforma	Promotor	Comissão Europeia	http://ec.europa.eu/research/sd/index_en.html
		Objectivo	Informar sobre a contribuição do FP7 para o desenvolvimento sustentável	
		Descrição	Fornecer o acesso a investigação e iniciativas nacionais e regionais sobre desenvolvimento sustentável e alerta para eventos relevantes	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Total	
Ecourbano	Plataforma	Promotor	Ministério do Ambiente e Rede de Redes	http://www.ecourbano.es/
		Objectivo	Divulgar projectos, iniciativas e instrumentos que contribuam para construir cidades mais sustentáveis, tendo como meta final a diminuição do impacto dos sistemas urbanos e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes das cidades	
		Descrição	Difunde conhecimento a ser aplicado a diferentes contextos. Reúne um conjunto de ligações a locais na rede, documentos e artigos por áreas temáticas. Apresenta um conjunto de instrumentos como indicadores, simuladores e aplicações de cálculo por forma a se avaliar múltiplas variáveis e a construir cenários. Apresenta casos de estudo/boas práticas	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	-----	
Train to Local Agenda 21	A21L	Promotor	14 Organizações de seis Países Europeus Versão portuguesa foi coordenada pelo Centro para o Desenvolvimento Empresarial Sustentável (CENDES) do INETI (Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação) com continuação do portal da responsabilidade do Instituto Intervir Mais e da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa	http://www.traintola21.org/
		Objectivo	Fomentar a criação de competências que induzam os municípios a implementarem o seu processo de A21L	
		Descrição	Ferramenta de formação com disponibilização de vários materiais didácticos, desenvolvidos em sete países europeus com recurso a parecerias, e com apresentação de vários casos de estudo. Os módulos de formação foram concebidos por forma a serem ajustados às necessidades de cada utilizador	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Financiamento (Programa Leonardo Da Vinci)	

Quadro 3.7 – Algumas ferramentas existentes, disponíveis à utilização por parte das autoridades locais e suas principais características (Continuação).

Ferramenta	Tipologia	Principais Características		Sítio na rede
Procura* Campaign	Sectorial (Compras Públicas Orientadas)	Promotor	ICLEI	http://www.procuraplus.org/
		Objectivo	Ajudar a disseminar a importância das compras públicas ecológicas pela Europa	
		Descrição	Iniciativa (Campanha) desenhada para apoiar as autoridades locais europeias a implementar um sistema de compras públicas ecológicas e a promover os resultados alcançados. Centra-se em determinados grupos de produtos como a electricidade proveniente de energias renováveis, eficiência energética de computadores e outros sistemas IT, fornecimento de comida orgânica, materiais de construção energeticamente eficientes, soluções de limpeza com preocupações de saúde e sistemas de transporte público de qualidade. Qualquer autoridade pública ou semi-pública europeia pode juntar-se a esta campanha usufruindo de apoio consultivo e promoção dos resultados. O sítio na rede disponibiliza ainda um conjunto de recursos, tais como, a metodologia, manuais, critérios de compra e folhas de produto; casos de estudo/boas práticas	
		Acessibilidade	Conjunto de recursos gratuitos disponíveis na rede Participação na Campanha é paga	
		Envolvimento da Comissão Europeia	-----	
Manual Europeu “Comprar Ecológico”		Promotor	Comissão Europeia	http://ec.europa.eu/environment/gpp/pdf/handbook_pt.pdf
		Objectivo	Ajudar as autoridades públicas a lançarem uma política de aquisições ecológicas bem sucedidas	
		Descrição	Manual de contratos públicos ecológicos que explica as possibilidades que a legislação da Comunidade Europeia oferece, analisando soluções simples e eficazes que podem ser utilizadas nos processos de adjudicação de contratos públicos	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Total	

Quadro 3.7 – Algumas ferramentas existentes, disponíveis à utilização por parte das autoridades locais e suas principais características (Continuação).

Ferramenta	Tipologia	Principais Características		Sítio na rede
EcoBUDGET	Sistema de Gestão Ambiental	Promotor	ICLEI	http://www.ecobudget.com/
		Objectivo	Permitir às autoridades locais reportar anualmente o estado do seu capital natural através da gestão sustentável dos recursos naturais	
		Descrição	Sistema de gestão ambiental desenhado para as autoridades locais planearem, monitorizarem e comunicarem informação relacionada com o consumo de recursos naturais no seu território. O sítio na rede disponibiliza o manual, metodologia e casos de estudo. Funciona como metodologia de suporte à A21L e envolve o estabelecimento de metas de curto e longo prazo e a colaboração entre diferentes departamentos municipais	
		Acessibilidade	Implementado em quatro cidades europeias e um país. Encontra-se agora a ser testado em seis autoridades locais de quatro países europeus	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Financiamento (Programa LIFE)	
Towards Liveable Cities and Towns	Gestão Urbana Sustentável	Promotor	EUROCITIES Recurso a Parcerias	http://www.liveablecities.org/article.php?id_article=50
		Objectivo	Encorajar e apoiar as cidades a melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas enquanto desenvolvem planos de gestão urbana sustentável	
		Descrição	Junta vários parceiros com experiência na temática da sustentabilidade com vontade de partilhar saber e experiência e a melhor integrar os assuntos ambientais nas políticas públicas. Como resultado do projecto é lançado o guia sobre processos de gestão urbana sustentável "Towards Liveable Cities and Towns". Junta oito cidades europeias e investigadores como parceiros. Apresenta os casos de estudo dos participantes no projecto	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Financiamento (Quadro para a cooperação, para promover um desenvolvimento urbano sustentável)	

Quadro 3.7 – Algumas ferramentas existentes, disponíveis à utilização por parte das autoridades locais e suas principais características (Continuação).

Ferramenta	Tipologia	Principais Características		Sítio na rede
Enviplans Guidelines	Gestão Urbana Sustentável	Promotor	Associação Italiana Agendas 21 Local Recurso a Parcerias	http://www.a21italy.it/a21italy/enviplans/home.htm
		Objectivo	Realçar os problemas e desafios das áreas urbanas do Sul da Europa com vista à melhoria do ambiente e qualidade de vida das cidades europeias do Este Adriático	
		Descrição	“ENVIPLANS Guidelines – Integrated and Sustainable Planning and Management of the Urban Environment” foi um projecto lançado em 2005. Baseado na experiência das cidades do sudeste da Europa, oferece orientação sobre como desenvolver e otimizar os vários passos de um ciclo de planeamento, no que diz respeito a um planeamento e gestão sustentável e integrada do ambiente urbano. Os resultados são guias e materiais de formação para promover e apoiar a implementação de planos de gestão ambiental urbana. Apresenta os casos de Estudo dos participantes no projecto	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Co-Financiamento	
Managing Urban Europe-25 MUE-25	Gestão Urbana Sustentável	Promotor	Union of the Baltic Cities, ICLEI, University of West England – Bristol, UNEP/GRID, Bodensee-Stiftung (Lake Constance Foundation)	http://www.mue25.net/ListFullArtGrp.aspx?m=2
		Objectivo	Criar uma metodologia para melhor implementação de sistemas de gestão ambiental já existentes como o EMAS, ISO 14001 e ecoBUDGET	
		Descrição	Projecto com início em 2005 tendo como parceiras 25 cidades europeias. O projecto analisou os sistemas de gestão ambiental existentes e elaborou um sistema de gestão ambiental de âmbito mais alargado que o tradicional, integrando as três componentes da sustentabilidade (ambiental, económica e social) e toda a área urbana, tendo como enquadramento a Estratégia Temática de Ambiente Urbano da UE e os Compromissos de <i>Aalborg</i> . Para 2008 está previsto o lançamento de uma manual. Apresenta os casos de Estudo dos participantes no projecto	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Financiamento (Quadro para a cooperação, para promover um desenvolvimento urbano sustentável)	

Quadro 3.7 – Algumas ferramentas existentes disponíveis, à utilização por parte das autoridades locais e suas principais características (Continuação).

Ferramenta	Tipologia	Principais Características		Sítio na rede
Climate Compass	Sectorial (Alterações Climáticas)	Promotor	<i>Climate Alliance</i>	http://www.climate-compass.net/
		Objectivo	Fornecer às autoridades locais uma metodologia para trabalharem um plano de acção de combate às alterações climáticas	
		Descrição	Metodologia para apoiar os municípios a elaborarem um programa de acção para as alterações climáticas e implementá-lo num curto espaço de tempo. O sítio na rede oferece um conjunto de materiais e informações, por forma a contribuir para o reconhecimento e formação das autoridades locais nas temáticas relevantes para as políticas locais de alterações climáticas. Apresenta os casos de estudo dos participantes no projecto	
		Acessibilidade	Na rede são gratuitamente disponibilizados materiais informativos e a metodologia. Entrada na rede com apoio consultivo na implementação da metodologia, é pago	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Co-financiado pela Comissão Europeia	
Cities for Climate Protection Campaign	Sectorial (Alterações Climáticas)	Promotor	ICLEI em associação com a Campanha Europeia para a Sustentabilidade Energética da Comissão Europeia	http://www.iclei-europe.org/index.php?id=ccpeurope
		Objectivo	Promover a mitigação e adaptação local às alterações climáticas	
		Descrição	Fornecer um quadro de referência que permite às autoridades locais integrar políticas de protecção climática. Qualquer município pode participar. Ao manifestar o interesse de aderir à campanha adopta a resolução e a metodologia da campanha. Cada autoridade local estabelece as suas metas de redução de emissões e desenvolve um plano de acção por forma a cumprir as mesmas. Apresenta os casos de estudo dos participantes no projecto	
		Acessibilidade	Metodologia e recursos gratuitos na rede Para entrar na campanha e beneficiar de apoio consultivo não está explicitado se é gratuito ou pago	
		Envolvimento da Comissão Europeia	-----	

Quadro 3.7 – Algumas ferramentas existentes disponíveis à utilização por parte das autoridades locais e principais características (Continuação).

Ferramenta	Tipologia	Principais Características		Sítio na rede
Smile	Sectorial (Mobilidade Urbana Sustentável)	Promotor	French Agency for the Environment and Energy Management Recurso a Parcerias	http://www.smile-europe.org/
		Objectivo	Apoiar as autoridades locais a conciliar a mobilidade com a qualidade de vida e o ambiente	
		Descrição	Apresenta 170 práticas de sucesso replicáveis. O sítio na rede apresenta recomendações, experiências de sucesso e resultados	
		Acessibilidade	Na rede Gratuito	
		Envolvimento da Comissão Europeia	Financiamento (Programa LIFE)	
Mecanismos de mercado	Mecanismos de mercado	Existem mecanismos de mercado com o objectivo de ajudar a conciliar a utilização dos mesmos com critérios de sustentabilidade, tais como: taxas, encargos e imposições ambientais locais; estrutura de formação dos preços; regulamentação dos serviços de utilidade pública; avaliação dos investimentos; critérios de sustentabilidade na preparação dos orçamentos, aquisições e concursos públicos		
Redes	Redes	Ao longo do tempo tem sido crescente o estabelecimento de redes de cidades como forma de trabalho para um fim comum. As redes constituem-se nas mais variadas escalas e temáticas do desenvolvimento sustentável. O trabalho em rede oferece uma estrutura sólida para o intercâmbio de boas práticas, transferência de conhecimentos e actuam como catalisadores para a cooperação entre cidades, exercendo pressões com vista à obtenção de recursos (GPAU, 1996). Na Europa têm surgido ao longo do tempo redes de cidades com fins diferentes, tais como: EUROCITIES; Cidades Saudáveis; ACR ⁺ ; Energie-Cités; The Network of Cities for Sustainable Tourism; Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade Para Todos		http://www.eurocities.org/main.php http://www.redecidadessaudaveis.com/pt/apresentacao.php http://www.acrplus.org/ http://www.energie-cites.org/ http://www.iclei-europe.org/index.php?id=ncst
Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	Avaliação/ Comunicação	A realização de um programa de monitorização, com base num conjunto de indicadores de sustentabilidade, aplicado a um processo de desenvolvimento sustentável, permite acompanhar o progresso e avaliar o desempenho da implementação desse processo, bem como comunicar o esforço efectuado pelo município para com o desenvolvimento sustentável. São vários os sistemas de indicadores de desenvolvimento sustentável disponíveis, tais como: <i>ECO XXI</i> ; <i>STATUS Tool</i> ; <i>European Common Indicators</i>		http://www.abae.pt/programa/ECOXXI/inicio.php http://status-tool.iclei.org/content.php/frontpage/?p=1 http://ec.europa.eu/environment/urban/commo_n_indicators.htm

III.2.1 Estado de aplicação das Ferramentas em Portugal

Em Portugal o processo de desenvolvimento sustentável à escala local iniciou-se com um carácter exclusivamente ambiental, caracterizado pela elaboração por parte dos municípios de Planos Verdes e Planos Municipais de Ambiente. Actualmente, 37 municípios portugueses assinaram a Carta de *Aalborg* (dos quais 10 ainda não iniciaram um processo de A21L) e 52 os Compromissos de *Aalborg* (dos quais 22 ainda não iniciaram um processo de A21L) (<http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>), efectivando o seu compromisso para com o desenvolvimento sustentável.

A assinatura dos compromissos inerentes à Agenda 21 pelo Governo Português, na Cimeira da Terra, automaticamente assume o compromisso das autarquias locais darem resposta à Agenda 21 prevista no capítulo 28 da mesma.

No âmbito de estudos realizados em Portugal, nomeadamente o estudo “Avaliação da Implementação da Agenda 21 Local”, efectuado pela IPA a pedido do então Instituto do Ambiente, os municípios portugueses manifestaram um conjunto de dificuldades na aplicação da A21L, nomeadamente relacionadas com o financiamento, apoio institucional, capacitação, coordenação e articulação interna e externa, capacidade de estabelecer parcerias, assumir esta temática pelos responsáveis máximos de âmbito nacional e local, divulgação e *benchmarking* e governância.

Verifica-se igualmente que em Portugal se demonstra difícil determinar quantos processos de A21L efectivos se iniciaram previamente a 2007, uma vez que os estudos existentes contabilizam a A21L e outros processos exclusivamente ambientais em conjunto. Contudo, o lançamento em 2007 do Portal “Cidades Sustentáveis – Ferramentas Virtuais para Cidades Reais” (<http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>), veio possibilitar a disseminação de informação relativa a esta temática.

Na actualidade, em Portugal, 92 municípios têm um processo de A21L de escala municipal (Quadro 3.8), qualquer que seja o estado de desenvolvimento em que se encontra, não contabilizando o município de Loulé que efectuou uma Estratégia de Sustentabilidade para o seu Concelho e processos de A21L de nível superior e inferior ao municipal.

Apenas cerca de 30% dos municípios portugueses adoptaram este processo à escala local/municipal. Destes, 45 municípios, ou seja, 49% dos municípios envolvidos em processos

de A21L em Portugal, estão inseridos numa rede de municípios para elaboração da A21L (Quadro 3.8).

Em termos de distribuição regional verifica-se que as regiões do Alentejo e Algarve englobam 36% dos processos de A21L nacionais. Ao se juntar o distrito de Lisboa perfaz um total de 46% das A21L iniciadas em Portugal. É possível ainda verificar (Quadro 3.8) que os processos de A21L se encontram extremados a nível de distribuição geográfica, para além da região Sul, os restantes processos ocorrem sobretudo na região Norte (41%).

Em relação à distribuição temporal dos processos em Portugal, todos tiveram início a partir do ano 2000 (Quadro 3.8), com excepção do município de Oeiras, primeiro município português a iniciar um processo de A21L. Dos processos de A21L nacionais, para os quais há informação sobre o início do processo, mais de metade iniciaram-se nos últimos três anos.

Salienta-se ainda, ao nível das redes de municípios para elaboração de um processo de A21L, a rede “Gardunha 21”, que resulta da elaboração de uma Agenda 21 para a Serra da Gardunha, como colaboração entre o município do Fundão e o de Castelo Branco e a Agenda 21 Regional a ser elaborada pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, abrangendo os 11 municípios da região (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém). Ainda em relação às diferentes escalas de aplicação de A21L em Portugal, refere-se a crescente aplicação à escala de freguesia [são neste momento 23 as freguesias portuguesas em que este processo se iniciou (<http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>)] e escolar (Agendas21Escolares).

Apesar do número crescente de municípios portugueses a adoptar este processo (Quadro 3.8), tornando a realidade promissora, Portugal continua a ser o país Europeu com menor número de processos de A21L (<http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>). Verifica-se ainda que, dos municípios portugueses com A21L, esta ferramenta tem dificuldade em se manter no tempo e em passar à fase de implementação, tornando-se assim numa oportunidade perdida (<http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>).

Com excepção do município de Loulé, os restantes municípios portugueses sem A21L, não adoptaram nenhum plano de sustentabilidade para o município, qualquer que fosse a sua forma e/ou designação, isto considerando que o Plano Municipal de Ambiente ou os Planos verdes não são planos de desenvolvimento sustentável uma vez que se focam sobretudo na

componente ambiental. Salienta-se nesta temática o Plano Estratégico de Ambiente para a Área Metropolitana do Porto, designado por “Futuro Sustentável” e que resulta de um protocolo de colaboração entre a LIPOR e Escola Superior de Biotecnologia (ESB) da Universidade Católica Portuguesa e que constitui um processo de parceria para elaboração de um plano de acção com vista à protecção do ambiente, promoção da sustentabilidade ao nível local e intermunicipal e melhorar a qualidade de vida das pessoas (<http://www.futurosustentavel.org/>) (Capítulo III.3 – Quadro 3.10). O plano de acção possui projectos âncora e modelos de intervenção, em ambos os casos e sempre que possível, com propostas territorializadas e adaptações aos vários locais (<http://www.futurosustentavel.org/>).

Quadro 3.8 – Municípios portugueses com processos de A21L em curso independentemente da fase em que se encontram
(Adaptado de <http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>).

Rede	Município	Data de início do processo	Distrito
	Abrantes ¹	---	Santarém
	Águeda ¹	---	Aveiro
	Alandroal ¹	---	Évora
	Alcanena ¹	---	Santarém
	Alcobaça ¹	---	Leiria
	Alenquer	2006	Lisboa
	Almada	---	Lisboa
	Almodôvar ¹	---	Beja
	Amadora ¹	2008	Lisboa
	Armamar ¹	---	Viseu
	Batalha	2006	Leiria
	Belmonte ¹	---	Castelo Branco
	Borba	2004	Évora
	Caminha	2006	Viana do Castelo
	Cascais	---	Lisboa
	Castelo Branco	---	Castelo Branco
	Esposende	2002	Braga
	Évora	2005	Évora
	Faro	2007	Faro
	Ferreira do Alentejo	2007	Beja
	Fornos de Algodres	2006	Guarda
	Fronteira	---	Portalegre
	Leiria	2004	Leiria
	Lourinhã	2007	Lisboa
	Maia	2004	Porto
	Mora ¹	---	Évora
	Nazaré	---	Leiria
	Odivelas	2001	Lisboa
	Oeiras	1996	Lisboa
	Olhão	---	Faro
	Oliveira do Bairro	2007	Aveiro
	Pombal ¹	---	Leiria
	Ponta Delgada ¹	---	Ponta Delgada
	Ponte da Barca	2006	Viana do Castelo

¹ Informação de Outubro de 2008

Quadro 3.8 – Municípios portugueses com processos de A21L em curso independentemente da fase em que se encontram (Continuação) (Adaptado de <http://www.cidadesustentaveis.info/portal.html>).

Rede	Município	Data de início do processo	Distrito
	Portalegre	2004	Portalegre
	Portimão	2005	Faro
	Santa Comba Dão	---	Viseu
	Santo Tirso	---	Porto
	São João da Madeira	2003	Aveiro
	Sertã ¹	---	Castelo Branco
	Sever do Vouga	---	Aveiro
	Silves ¹	---	Faro
	Tavira	2007	Faro
	Torres Vedras	---	Lisboa
	Vila Franca de Xira	2005	Lisboa
	Vila Nova de Paiva	2006	Viseu
	Vila Velha de Ródão ¹	---	Castelo Branco
Cova da Beira / / Associação de Municípios da Cova da Beira	Guarda ¹	2008	Guarda
	Manteigas ¹		
	Meda ¹		Castelo Branco
	Penamacor ¹		
DITAL 21 ² / / Associação de Municípios do Distrito de Évora e Diputación de Badajoz Projecto PIC INTERREG III-A	Arraiolos	2003	Évora
	Redondo	2004	Évora
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular ² / / Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular Projecto INTERREG III-A	Braga	2003	Braga
	Bragança		Bragança
	Chaves		Vila real
	Guimarães		Braga
	Peso da Régua		Vila Real
	Porto		Porto
	Viana do Castelo		Viana do Castelo
	Vila Nova de Gaia		Porto
Vila Real	Vila Real		
Nordeste 21 / / Resíduos do Nordeste	Alfândega da Fé	2006	Bragança
	Carraceda de Ansiães		
	Macedo de Cavaleiros		
	Mirandela		
	Vila Flor		
	Mogadouro		
	Vimioso		
Miranda do Douro			
Norte Alentejano / / Associação de Municípios do Norte Alentejano	Alter do Chão	2006	Portalegre
	Arronches		
	Avis		
	Campo Maior		
	Castelo de Vide		
	Crato		
	Elvas		
	Gavião		
	Marvão		
	Monforte		
Nisa			
Sousel			
Raia 21 ³ / / Depaex e Tterra Programa INTERREG III-A	Serpa	2005	Beja
	Moura	2004	
	Mértola	2004	
	Barrancos	2002	

¹ Informação de Outubro de 2008

² Participação de municípios espanhóis

Quadro 3.8 – Municípios portugueses com processos de A21L em curso independentemente da fase em que se encontram (Continuação) (Adaptado de <http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>).

Rede	Município	Data de início do processo	Distrito
Vale do Minho / / Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho e Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa Projecto co-financiado pelo Programa Operacional da Região Norte	Valença	2006	Viana do Castelo
	Vila Nova de Cerveira		
	Paredes de Coura		
	Monção		
	Melgaço		

Para além das Estratégias Locais de Desenvolvimento Sustentável e da A21L, os municípios portugueses têm utilizado outros instrumentos com vista ao desenvolvimento sustentável dos seus municípios (Quadro 3.9).

Quadro 3.9 – Instrumentos utilizados pelos municípios portugueses com vista ao desenvolvimento sustentável, para além das Estratégias Locais de Desenvolvimento Sustentável e da A21L.

Instrumento	Município	Processo de A21L
Procura+ Campaign	Almada	Sim
Cities for Climate Protection Campaign	Almada	Sim
	Lisboa	---
Smile	Almada	Sim
	Coimbra	---
	Beja	---
Eurocities	Lisboa	---
	Matosinhos	---
	Porto	Sim
	Sintra	---
Energie-Cités	Águeda	Sim
	Almada	---
	Aveiro	---
	Barreiro	---
	Cascais	Sim
	Funchal	---
	Guimarães	Sim
	Moura	Sim
	Oeiras	Sim
	Sintra	---
Vila Nova de Gaia	Sim	
ACR+	Lisboa	Não
	Oeiras	Sim

Quadro 3.9 – Instrumentos utilizados pelos municípios portugueses com vista ao desenvolvimento sustentável, para além das Estratégias Locais de Desenvolvimento Sustentável e da A21L (Continuação).

Instrumento	Município	Processo de A21L
Cidades Saudáveis	Amadora	Sim
	Aveiro	---
	Bragança	Sim
	Cabeceiras de Basto	---
	Lisboa	---
	Loures	---
	Lourinhã	Sim
	Miranda do Corvo	---
	Montijo	---
	Odivelas	Sim
	Oeiras	Sim
	Palmela	---
	Portimão	Sim
	Resende	---
	Seixal	---
	Serpa	Sim
	Setúbal	---
Torres Vedras	Sim	
Viana do Castelo	Sim	
Vila Franca de Xira	Sim	
Vila Real	Sim	
Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos	Águeda	Sim
	Albufeira	---
	Alcochete	---
	Aljô	---
	Alpiarça	A21L Regional
	Arouca	---
	Arruda dos Vinhos	---
	Aveiro	---
	Barcelos	---
	Bombarral	Início de Processo de A21L conjunta com o Cadaval
	Caldas da Rainha	---
	Cascais	Sim
	Castelo de Paiva	---
	Castro Marim	---
	Castro Verde	---
	Celorico da Beira	---
	Chaves	Sim
	Coimbra	---
	Coruche	A21L Regional
	Entroncamento	---
	Esposende	Sim
	Estarreja	---
	Estremoz	---
	Évora	Sim
	Fafe	---
Faro	Sim	
Felgueiras	---	
Figueira da Foz	---	
Funchal	---	

Quadro 3.9 – Instrumentos utilizados pelos municípios portugueses com vista ao desenvolvimento sustentável, para além das Estratégias Locais de Desenvolvimento Sustentável e da A21L (Continuação).

Instrumento	Município	Processo de A21L
Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos	Idanha-a-Nova	---
	Guarda	Sim
	Ílhavo	---
	Lagos	---
	Leiria	Sim
	Loulé	Estratégia Local de Desenvolvimento Sustentável
	Lourinhã	Sim
	Mafra	---
	Marco de Canaveses	---
	Manteigas	Sim
	Marinha Grande	---
	Matosinhos	---
	Mesão Frio	---
	Moura	Sim
	Odivelas	Sim
	Oeiras	Sim
	Oleiros	---
	Oliveira de Azeméis	---
	Oliveira do Bairro	Sim
	Palmela	---
	Penafiel	---
	Peniche	---
	Peso da Régua	Sim
	Pinhel	Sim
	Pombal	Sim
	Ponte da Barca	Sim
	Portalegre	Sim
	Portimão	Sim
	Porto	Sim
	Póvoa do Varzim	---
	Rio Maior	A21L Regional
	São João da Madeira	Sim
	São João da Pesqueira	---
	Santa Comba Dão	Sim
	Santa Maria da Feira	---
	Santarém	A21L Regional
	Setúbal	---
	Silves	---
	Sintra	---
	Tabuaço	---
	Tavira	---
Torres Vedras	Sim	
Valença	Sim	
Vila do Conde	---	
Vila Real	Sim	
Vila Real de Santo António	---	
Vila Nova de Gaia	Sim	

As autoridades locais portuguesas têm vindo a reconhecer o seu papel no desenvolvimento sustentável e vêm tentando acompanhar os seus parceiros europeus. Todos os anos cresce o número de municípios portugueses a aderir a iniciativas para com o desenvolvimento sustentável das suas cidades. Uns municípios têm optado pela utilização de ferramentas sobretudo transversais, outros aderem a iniciativas de carácter sectorial. Verifica-se que mesmo os municípios que não iniciaram um processo de A21L têm participado em iniciativas para melhorar a qualidade de vida nas suas cidades.

III.3 Exemplos de Boas Práticas

As cidades europeias têm sido palco de inúmeras iniciativas enquadradas ou complementares à sua política de desenvolvimento local sustentável. Algumas dessas iniciativas, quer pelos resultados obtidos, como pelo carácter inovador no contexto em que surgem, ou pela atribuição de prémios comprovativos da sua importância, são merecedoras de destaque, uma vez que demonstram um compromisso real para com o desenvolvimento sustentável.

Em 2003 as cidades de Ferrara, *Heidelberg* e Oslo foram premiadas pela campanha “Cidades Sustentáveis”, como resultado do preenchimento de um questionário elaborado pelo ICLEI com questões quantitativas e qualitativas. A justificação para atribuição do prémio prendeu-se com: a implementação de acções nas três dimensões de desenvolvimento sustentável; abordagens inovadoras e pró-activas envolvendo cidadãos e agentes; estabelecimento de pontes de diálogo com os cidadãos; integração da sustentabilidade na cultura institucional e no dia-a-dia dos municípios; boas práticas de desenvolvimento urbano sustentável e envolvimento activo no processo de desenvolvimento sustentável. No presente ano, o Instituto *Ethisphere* identificou as 20 cidades mundiais, dez de grande dimensão (mais de 600.000 cidadãos) e dez de média dimensão (mais de 60.000 e menos de 600.000 cidadãos), mais proactivas na conciliação entre as três principais componentes do desenvolvimento sustentável - economia, sociedade e ambiente - classificando-as como “2020 Global Sustainability Centers” (<http://ethisphere.com/2020-global-sustainability-centers/>). Destas, oito são cidades europeias: Copenhaga (Dinamarca), Edimburgo (Reino Unido), Frankfurt (Alemanha), Helsínquia (Finlândia), Londres (Reino Unido), Oslo (Noruega), Reykjavik (Islândia) e Roterdão (Holanda). Os critérios para atribuição desta classificação foram: Plano e progresso ambiental; Saúde e recreação; Educação, arte e cultura; Transportes e habitação; Desenvolvimento económico; Transparência e quadro legal e regulamentar; Informação; Inovação e investimento (<http://ethisphere.com/2020-global-sustainability-centers/>).

As iniciativas apresentadas no Quadro 3.10 representam apenas uma pequena amostra das iniciativas de sucesso que têm sido desenvolvidas em várias cidades. Procurou-se diversificar os exemplos em relação à escala de aplicação, promotor da iniciativa, forma de

financiamento e temática. Dessa forma, embora alguns exemplos não se dirijam directamente à escala da cidade, são demonstrativos do tipo de acções criativas e inovadoras que se podem desenvolver, podendo ser adaptados à escala pretendida.

Quadro 3.10 – Algumas iniciativas das autoridades locais europeias para com o desenvolvimento local sustentável que pelas suas características representam exemplos de boas práticas.

Iniciativa	Principais Características
One Planet Living	<p>O “One Planet Living” é uma iniciativa desenvolvida pelo BioRegional e o World Wide Fund for Nature (WWF) estabelecida com o principal objectivo de formar uma rede de comunidades “One Planet Living”. As comunidades “One Planet Living” baseiam-se em dez princípios: Zero carbono; Zero resíduos; Transportes sustentáveis; Materiais sustentáveis; Comida local sustentável; Água sustentável; Habitats naturais e vida selvagem; Cultura e património; Equidade e comércio justo; Saúde e felicidade. Como exemplo de comunidades “One Planet Living” salienta-se a título de exemplo o “Beddington Zero Energy Development” (BedZed), no Reino Unido.</p> <p>O BedZed foi construído com o objectivo de ser neutro em carbono. Constitui a primeira eco-comunidade de grande dimensão no Reino Unido, é um projecto inovador que tenta integrar as três componentes da sustentabilidade por forma a construir uma comunidade amiga do ambiente a preço atractivo. É composto por 82 casas residenciais de tamanhos e tipologias diversas, zona comercial, centro de exposições, infantário e andar modelo para que os visitantes possam ver como é viver no BedZed. Construído com técnicas de construção sustentável e por forma a ser energeticamente auto-eficiente, contempla ainda preocupações ao nível da eficiência energética e redução do consumo de energia, reciclagem de resíduos sólidos e efluentes e redução da dependência de transporte privado. Foi elaborado um plano de mobilidade verde, com uma meta de redução do consumo de combustíveis fósseis, por uso de transporte privado, de 50% em dez anos, quando comparado com o desenvolvimento convencional. O projecto demonstra ainda a possibilidade de encontrar formas criativas de criar emprego e habitação energeticamente eficiente, confortável, atractiva e acessível. Terminado em 2002, e passado à fase de utilização, os residentes sentem que vivem num local especial e os padrões de consumo são mais baixos que a média no Reino Unido. Tem sido galardoado com uma série de prémios</p>
Madrid Espanha Estratégia Local para a Qualidade do Ar	<p>O município de Madrid foi pioneiro em Espanha na elaboração de uma estratégia para a qualidade do ar. Baseou-se num inventário das emissões e no balanço energético da cidade. Plano integrado e transversal com 57 medidas e 110 acções, especialmente desenhado para as características de Madrid. Linhas de actuação: nova cultura de mobilidade; redução das emissões de fontes fixas; medidas fiscais; consciencialização e participação; estudos e melhoria do conhecimento; monitorização; resíduos; outras medidas de gestão. Aposta na prevenção e adaptação às alterações climáticas e nas zonas verdes da cidade como sumidouros</p>
Estocolmo Suécia “Fossil Free City by 2050”	<p>A cidade de Estocolmo já à cerca de dez anos que tem trabalhado num plano de acção para a mitigação das alterações climáticas, mas só mais recentemente começou a implementar esforços de adaptação. A cidade formou um grupo dedicado a esta temática, realiza seminários de formação e possui uma plataforma de esclarecimento e trabalho entre administradores e corporações da cidade interessadas. A meta “Estocolmo 25% redução de CO₂ em 2006” foi atingida e a nova ambição da cidade é a meta “Estocolmo livre de combustíveis fósseis até 2050”. A companhia de transportes da região já se comprometeu com a meta de não utilizarem combustíveis fósseis até 2021. Já à alguns anos que os transportes públicos eléctricos utilizam electricidade proveniente de fontes renováveis. O trabalho no sector dos transportes e aquecimento faz com que em 2020 a utilização de combustíveis fósseis resulte sobretudo do transporte individual e de mercadorias. Em relação ao transporte individual a cidade promove o uso de biocombustíveis com incentivos de mercado. Em 2006 houve um impacto positivo no mercado de carros que funcionam com biodiesel. A estratégia da cidade passa por usar economia de escala. A autarquia levou ainda a cabo um projecto piloto em que convidou 60 famílias a alterar os seus hábitos de consumo por forma a diminuir as emissões de carbono, a reduzir a despesa e aumentar a qualidade de vida como exemplo a outros cidadãos da cidade. A cidade tem trabalhado em parceria com vários agentes</p>

Quadro 3.10 – Algumas iniciativas das autoridades locais europeias para com o desenvolvimento local sustentável que pelas suas características representam exemplos de boas práticas (Continuação).

Iniciativa	Principais Características
“e-Ventspils” Ventspils Letónia	A cidade de Ventspils na Letónia criou um programa governamental electrónico que tem em consideração as necessidades de minorias sociais (idosos, deficientes, etc.). Como tal, envolveu trabalho voluntário de idosos e deficientes durante a elaboração do programa por forma a assegurar que responde às suas necessidades especiais. O Projecto <i>e-Ventspils</i> fornece aos habitantes da cidade um acesso fácil e rápido aos serviços municipais permitindo-lhes participar no processo de decisão municipal, facilita ainda a formação sobre a sociedade de informação e melhora a qualidade dos serviços municipais. As entidades municipais beneficiam de maior colaboração na transferência de informação facilitando o acesso à informação e dados
Londres Taxa de congestionamento	Em Londres foi introduzida uma taxa de entrada na cidade com automóvel privado de cerca de oito euros. Parte da receita é investida no sistema de transportes. Com a implementação desta medida o uso de autocarros aumentou 38%, o congestionamento reduziu 30% e o tráfego 15%, não havendo notícias que a medida tenha causado congestionamento significativo às portas da cidade. Estima-se ainda a existência de benefícios ambientais, nomeadamente decorrentes dos 19% de redução de emissões de CO ₂ e 12% de emissões NO _x e partículas
Barcelona Espanha	A cidade de Barcelona tem ao longo dos anos dado largos passos no caminho do desenvolvimento sustentável. Tem apostado num desenho urbano que promove a existência de espaços públicos e formas de mobilidade sustentáveis e tem aderido a inúmeros processos sectoriais de promoção do desenvolvimento sustentável. Em Barcelona 37% das viagens são pedestres. A autarquia promove a utilização de energia solar e adopção de estratégias de estacionamento inovadoras. O plano de regeneração urbana inclui a redução da pobreza e o investimento de áreas negligenciadas como demonstração de uma visão holística da sustentabilidade
Eldonian Village Liverpool	Novo bairro que resultou da união da comunidade, por iniciativa própria, para refazer o bairro anterior, previsto a ser demolido e os habitantes realojados por vários locais da cidade, o qual foi transformado numa comunidade sustentável com trinta anos de existência e hoje um exemplo de sustentabilidade urbana. Com a ajuda do padre católico os residentes marcaram uma audiência com os seus autarcas para que lhes fosse explicado qual o futuro do seu bairro. Os participantes organizaram um inquérito para perceberem qual a opinião dos residentes, se pretendiam ficar a habitar no anterior bairro e qual as suas perspectivas de futuro e formaram uma associação de residentes, convidando profissionais a trabalharem com eles para planearem um novo bairro, com novo ambiente e emprego para os residentes. Assim, surgiu uma cooperativa para construção de 100 habitações. Novas fases se seguiram criando mais habitações e equipamentos. Este caso representa a capacidade da sociedade civil, quando organizada, contribuir para a sustentabilidade das comunidades onde residem. Este caso transformou-se num caso de regeneração urbana de sucesso liderado pela própria comunidade, a partir da visão definida pelos habitantes e que se tornou num exemplo de sustentabilidade. Prova que uma liderança forte permite a determinação necessária à concretização dos projectos. Os residentes em vez de quererem ser vítimas tornaram-se politicamente activos, com capacidade de formar parcerias e angariar profissionais para os ajudarem na sua causa
Freiburg Alemanha	A cidade de <i>Freiburg</i> tem constituído um exemplo de boas práticas de sustentabilidade urbana à duas décadas. Tendo como constrangimento o pouco espaço de desenvolvimento conseguiu, após a segunda guerra mundial, proceder a uma reconstrução assente em boas práticas de desenho urbano e na inovação ambiental, principalmente em questões energéticas, tendo em vista a construção de uma eco-cidade. O envolvimento da comunidade foi fundamental desde o início do processo e a prioridade de mobilidade dada aos pedestres e ciclistas. As velocidades dos veículos motores são mantidas abaixo dos 15 mph e foram criados parques de estacionamento fora da cidade. As habitações são de alta densidade, pensadas por forma a minimizar o consumo energético, bem servidas por transportes públicos e desenhadas para o pedestre. O desenho urbano teve em conta as necessidades sociais da comunidade como espaços públicos comuns. Por detrás dos factores de sucesso encontra-se a iniciativa municipal assente numa liderança forte, um adequado planeamento e desenho urbano e o envolvimento da comunidade

Quadro 3.10 – Algumas iniciativas das autoridades locais europeias para com o desenvolvimento local sustentável que pelas suas características representam exemplos de boas práticas (Continuação).

Iniciativa	Principais Características
Lisboa Portugal	O município de Lisboa, através da agência municipal de energia e ambiental “Lisboa E-Nova”, tem procurado ao longo dos anos conhecer os fluxos da Cidade de Lisboa. Desenvolveu a matriz energética, dos materiais, da água e de caracterização da qualidade do ar. Dessa forma, é possível criar mecanismos de avaliação e registo de dados para integrar decisões políticas
Programa POLIS Portugal	Programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades criado no ano 2000 por iniciativa do governo português. Foi uma iniciativa inovadora no contexto em que surge, no qual não existiam orientações directas de política urbana a desenvolver pelas autoridades locais. Ao reconhecer o papel das cidades para a sustentabilidade global e qualidade de vida dos cidadãos, permitiu 38 intervenções com vista a melhoria da atractividade, da competitividade e da qualidade de vida das mesmas. Estruturou-se em quatro componentes: operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental; intervenções em cidades com áreas classificadas com património mundial; valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento; medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades. Cada componente apresentou ainda diversas linhas de intervenção
Projecto “Futuro Sustentável” Plano Estratégico de Ambiente do Grande Porto Portugal	Projecto que resulta da assinatura de protocolo entre a LIPOR (Serviço Intermunicipal de Gestão de Resíduos do Grande Porto) e a Escola de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa do Porto, com início em 2002. Envolve todas as autarquias do grande Porto (Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia) e tem como objectivo elaborar um plano de acção com o objectivo de promover a sustentabilidade e a qualidade de vida. Os objectivos orientadores são: corrigir alguns dos problemas ambientais da região; definir um rumo para seu o desenvolvimento sustentável; fortalecer a cidadania activa e responsável; integrar políticas sectoriais e promover a articulação regional. Os objectivos serão atingidos através da realização de actividades de sensibilização ambiental, criação dos Concelhos Municipais de Ambiente, diagnóstico ambiental, plano de acção e da implementação, avaliação, monitorização e revisão do plano de acção. Projecto pioneiro em Portugal uma vez que resultou no primeiro plano estratégico de ambiente de escala regional. Resultou ainda no maior processo de participação pública à data em Portugal, envolvendo a participação de mais de 4000 cidadãos e 120 entidades. O plano de acção tem o horizonte de 2010 para a sua concretização. Premiado em 2005 pelo ICLEI, “Urban Green Days 2005 ICLEI Case Study”, entre 26 projectos de cidades europeias a concurso, no âmbito das jornadas de ambiente urbano, iniciativa da Comissão Europeia e do ICLEI. A atribuição do prémio teve por base a natureza inovadora do projecto, a ligação entre as autarquias envolvidas e a participação das populações.
Oeiras XXI Portugal	O município de Oeiras foi o primeiro município português a iniciar um processo da A21L em 1999. Se por esse mesmo motivo se viu a braços com um conjunto de constrangimentos inerentes às A21L de primeira geração, teve a capacidade de proceder à implementação do seu plano de acção e à revisão actual da mesma através de um processo participativo e adequando-a às novas realidades do concelho
Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Loulé Portugal	A Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé (ESCL) deu início a uma nova forma de ver o desenvolvimento sustentável ao nível local em Portugal, tendo sido Loulé o primeiro concelho português a utilizar esta tipologia de instrumento estratégico, num contexto de ausência de orientação de âmbito nacional. Resultou de uma candidatura da Câmara Municipal de Loulé ao programa INTERREG III-A com o apoio do Instituto Superior Técnico. Representa um processo estratégico com uma perspectiva futura de 20 anos, reúne preocupações sociais, ambientais, económicas e institucionais, analisa pragmaticamente a realidade e estabelece prioridades entre diferentes domínios de interesse, definindo uma agenda de acção que se implementa segundo diversos instrumentos. A ESCL enquadra a revisão do Plano Director Municipal e assegura a integração de preocupações de sustentabilidade no processo de planeamento municipal. Foi ainda um processo liderado pelo Director Municipal que assegurou a participação pública e a integração da mesma. Resulta em 20 projectos de acção e prevê um conjunto de instrumentos de implementação, de capacitação e envolvimento dos agentes. A adopção de uma A21L será o mecanismo central de operacionalização da estratégia através da concretização da programação das acções propostas em projecto. Lançada em 2007 está já na fase de implementação, tendo sido já criado um conselho consultivo e delineado o programa de monitorização. Uma das iniciativas que se encontra já a ser dinamizada é o mecanismo local de compensação de emissões de carbono, iniciativa que se baseia no estabelecimento de parcerias com o objectivo de motivar progressivamente os grandes emissores do litoral do concelho a compensar as suas emissões de CO ₂ na floresta do interior do concelho, por forma a contribuir para a diminuição das assimetrias concelhias e promoção de uma floresta sustentável gerida de forma adequada e segundo padrões de desenvolvimento sustentável

Quadro 3.10 – Algumas iniciativas das autoridades locais europeias para com o desenvolvimento local sustentável que pelas suas características representam exemplos de boas práticas (Continuação).

Iniciativa	Principais Características
Fórum Municipal contra a Violência Doméstica Cascais Portugal	O fórum nasce dos resultado de um estudo efectuado sobre a violência contra as mulheres em Cascais e tem como objectivos promover uma melhor compreensão da violência doméstica no município de cascais através da razão pesquisa-acção; prevenir o comportamento violento entre adultos, jovens e crianças através de campanhas de consciencialização e projectos dirigidos a grupos alvo; fornecer apoio de qualidade às vítimas de violência doméstica e minimizar os efeitos causados. O Fórum resulta de uma parceria entre várias instituições. Os principais produtos que resultam deste Fórum são: manuais para professores, panfletos, livros, posters, relatórios e serviços de apoio
Guardiães da Acessibilidade Cascais Portugal	Parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Cascais, escolas e instituições que trabalham com pessoas com problemas de acessibilidade. A iniciativa teve como principal objectivo criar uma consciência na comunidade para os problemas da acessibilidade, envolvendo a participação de pessoas com e sem dificuldades motoras na construção de soluções de acessibilidade urbana. Até ao ano lectivo 2004/2005 a iniciativa contou com o envolvimento de 24 escolas e 7 instituições e permitiu desenvolver 196 iniciativas
Buga Aveiro Portugal	BUGA (Bicicleta de Utilização Gratuita de Aveiro) é um serviço destinado a fornecer aos habitantes de Aveiro, ou aos visitantes da cidade, uma forma ecológica de transporte, como parte de um conjunto de iniciativas incluídas no plano de mobilidade de Aveiro e o Plano Municipal de Ambiente. Foram criados 20 estacionamento da BUGA estrategicamente colocados na cidade de acordo com a localização de infra-estruturas. Envolve parcerias com várias instituições para o seu adequado funcionamento tais como o Instituto Português da Juventude, a Universidade de Aveiro e o Turismo Rota da Luz
Gabinete de Mobilidade Penafiel Portugal	Penafiel foi o primeiro município português a hastear a bandeira "Mobilidade para todos". O gabinete é um local de análise, reflexão, informação e de desenho e implementação de projectos de mobilidade para o município de Penafiel. Tem como objectivos a organização do tráfico, acessibilidade e transporte de acordo com os desafios do desenho urbano. Pretende que o desenho urbano esteja de acordo com a inclusão das pessoas com mobilidade reduzida e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Vários dos projectos delineados foram já executados, encontrando-se outros em curso, estando ainda vários projectos de longo prazo previstos.
Mindelo Vila do Conde Portugal	Em 2003, a Associação dos Amigos do Mindelo para a Defesa do Ambiente (AAMDA), organização não governamental, com a colaboração da Junta de Freguesia do Mindelo, deu inicio ao primeiro processo de A21L à escala da freguesia em Portugal. A A21L do Mindelo iniciou-se com o objectivo de desenvolver a freguesia, aumentando a qualidade de vida dos cidadãos, promover a justiça social e o crescimentos económico, respeitando o ambiente. O projecto contou com o envolvimento da comunidade. Em 2004 recebeu o prémio "Pensar o Grande Porto" integrado no Projecto "Futuro Sustentável". Em 2005 foi aprovado o Plano de Acção e de Monitorização, bem como os Compromissos de <i>Aalborg</i> . As acções previstas têm o horizonte temporal de 2010.

São várias as cidades europeias que têm implementado iniciativas com vista ao desenvolvimento sustentável, conseguido mesmo um lugar de destaque no panorama mundial, no que respeita à integração das diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Algumas têm conseguido fazê-lo de forma integrada, outras têm dado passos importantes de nível sectorial. Ao nível sectorial denota-se uma crescente priorização de acções relacionadas com as questões energéticas e de mobilidade, este facto poderá estar relacionado com a visibilidade crescente destas temáticas e pelos compromissos nacionais e internacionais que têm vindo a ser estabelecidos.

É ainda de realçar o papel que a sociedade civil tem como impulsionador de iniciativas de desenvolvimento sustentável na comunidade onde reside. Se as autoridades locais têm um

papel fundamental não se pode descurar o papel da sociedade civil quando devidamente organizada.

Salienta-se que a informação disponibilizada em relação a casos de estudo e boas práticas raramente permitem perceber a integração destas iniciativas com outras a serem desenvolvidas no município, por forma a perceber-se se tratam de casos isolados ou de uma integração numa estratégia municipal, escasseia ainda informação relativa às dificuldades e obstáculos surgidos e à forma como os mesmos são ultrapassados.

IV. APLICAÇÃO DE INQUÉRITO E RESULTADOS

No âmbito da presente dissertação realizaram-se inquéritos por questionário com o objectivo de analisar os processos de elaboração e implementação da A21L pelos municípios europeus e de detectar constrangimentos e potencialidades ao desenvolvimento sustentável das cidades.

Foram elaborados e aplicados dois tipos de inquéritos. Um dos inquéritos, foi delineado para ser aplicado aos agentes europeus que desenvolvem trabalho de consultadoria na elaboração e implementação da A21L (Anexo I), o outro para ser aplicado aos municípios europeus com processos de A21L iniciados (Anexo II). O objectivo de aplicação de dois inquéritos a alvos diferentes teve como objectivo obter a perspectiva de quem trabalha com os municípios e dos próprios municípios para as mesmas variáveis de análise. Contudo, se o universo de amostragem era inicialmente a Europa, devido à taxa de reposta obtida, em ambos os inquéritos aplicados, apenas para a escala nacional se obtém uma amostra representativa (Quadro 4.1).

IV.1. Selecção da Amostra

A selecção da amostra teve por base pesquisa bibliográfica e a lista de presenças na 5ª Conferência da Campanha Cidades Sustentáveis em Sevilha em 2007. Como tal, correu-se o risco de alguns agentes contidos na amostra não trabalharem com os municípios na elaboração e/ou implementação da A21L e/ou de alguns dos municípios da amostra não terem um processo de A21L iniciado. Ao nível nacional optou-se por enviar o inquérito a várias organizações e entidades governamentais com um papel significativo no trabalho com as autoridades locais, embora não directamente nos processos de A21L, tendo se verificado que a sua maioria não exerce qualquer papel de acompanhamento nestes processos. Apresenta-se no quadro seguinte a distribuição da amostra (Quadro 4.1):

Quadro 4.1 – Distribuição da Amostra.

	N.º de Inquéritos enviados ⁴	N.º de respostas	Taxa de resposta
Agentes Europeus (exceptuando Portugal)	145	9	6,2%
Agentes Portugueses	38	9	23,7%
Municípios Europeus (exceptuando Portugal)	303	6	2%
Municípios Portugueses**	80	31	39%

⁴ Salienta-se que a amostra pode conter agentes e municípios que não estão envolvidos em processos de A21L.

** Não fazem parte da amostra os municípios assinalados com 1 no quadro 3.8, uma vez que apenas em Outubro de 2008 foi possível obter informação relativa ao desenvolvimento de processos de A21L nesses municípios.

A lista de agentes e municípios que responderam efectivamente ao inquérito apresenta-se em anexo (Anexo IV e V).

IV.2. Aplicação dos inquéritos à Amostra

Ambos os inquéritos foram aplicados via correio electrónico. Durante o período de aplicação repetiu-se várias vezes o envio para os agentes e municípios para os quais não se obteve resposta. No caso dos municípios portugueses constantes da amostra, em Janeiro de 2008, foi efectuado um contacto telefónico aos municípios que não responderam ao inquérito, solicitando a resposta ao mesmo.

IV.3. Taxa de resposta às questões

Apresenta-se de seguida a taxa de resposta a cada uma das questões do inquérito aplicado aos agentes e municípios portugueses (Quadro 4.2 e 4.3):

Quadro 4.2 – Taxa de resposta às questões do inquérito aplicado aos agentes portugueses.

N.º da questão	Taxa de resposta (%)
1	100
2	100
3	100
4	100
5	100
6	83,3
7	100
8	100
9	100
9.1	83,3
10	100
10.1	66,7
10.2	66,7
11	100
12	100
12.1	100
13	83,3
14	100
15	100
16	100
16.1	100

Quadro 4.3 – Taxa de resposta às questões do inquérito aplicado aos municípios portugueses.

N.º da questão	Taxa de resposta (%)
1	96,8
2	96,8
3	100
4	100
5	96,8
6	77,4
7	93,5
7.1	100
8	93,5
8.1	66,7
9	83,9
9.1	100
10	93,5
10.1	100
11	93,5
11.1	40
12	83,9
13	58,1
13.1	73,9
13.2	75
14	61,3
14.1	68,75
14.2	0
15	96,8
15.1	87,1
15.2	64,5
15.3	90,3
15.4	77,4

Quadro 4.3 – Taxa de resposta às questões do inquérito aplicado aos municípios portugueses (Continuação).

N.º da questão	Taxa de resposta (%)
16	83,9
16.1	100
16.2	93,3
17	87,1
17.1	94,4
17.2	66,7
18	45,2
19	90,3
19.1	100
19.2	100
19.3	40
20	83,9
20.1	87,5
21	77,4
21.1	84,6
22	74,2
23	48,4

IV.4. Tratamento dos Resultados

O tratamento dos resultados foi efectuado com base em percentagens e na descrição das respostas, no caso de respostas a perguntas de resposta aberta. O programa utilizado para todo o tratamento dos resultados foi o programa *Excel*, versão inglesa do Microsoft Office XP Professional.

IV.5. Resultados

IV.5.1. Resultados do Inquérito aos agentes

A taxa de resposta dos agentes europeus, excluindo os portugueses, revelou-se extremamente reduzida para ser considerada neste estudo (Quadro 4.1). Em relação aos agentes portugueses obteve-se resposta daqueles que têm trabalhado mais activamente com os municípios portugueses em processos de A21L. Assim, embora a taxa de resposta seja de apenas 24% (Quadro 4.1), considera-se a amostra representativa da opinião geral dos agentes portugueses em relação à aplicação do processo de A21L pelos municípios portugueses.

Dada a importância e extensão do trabalho do ICLEI-Europa nestas temáticas, e após aprovação do mesmo, revelou-se interessante particularizar a sua resposta, uma vez que dá uma ideia do que se passa ao nível dos municípios europeus. Dessa forma, toma-se a resposta do ICLEI a este inquérito como uma opinião selectiva sobre esta temática.

O ICLEI-Europa tem sede na cidade de *Freiburg* na Alemanha e tem trabalhado em inúmeros processos de desenvolvimento sustentável com os municípios europeus, tais como, Compromissos de *Aalborg*; A21L; Estratégias Locais de Sustentabilidade; processos de gestão; processos de aquisições públicas; processos relacionados com eficiência energética e adaptação e mitigação às alterações climáticas. Segundo a sua resposta ao inquérito aplicado, os processos locais de desenvolvimento sustentável são prioritários nos municípios europeus, existindo, na generalidade dos casos, um compromisso real perante os mesmos. As razões principais, na actualidade, para adesão a esses processos, relacionam-se com a temática da eficiência energética e com as alterações climáticas, temáticas centrais de debate na actualidade.

Os principais constrangimentos relacionados com a A21L, na actualidade, relacionam-se com uma diminuição do nível de motivação, o carácter vago e geral do processo e a falta de vontade política. A A21L iniciou-se por uma fase de compreensão e conhecimento do processo, passando por enfoque no planeamento e fase de processo, posteriormente focou-se no estabelecimento de parcerias. O processo de implementação demonstrou-se muito difícil de montar. Na generalidade dos casos, nos municípios europeus e de acordo com a experiência do ICLEI-Europa, os processos não são transversais dentro das autarquias e os resultados da participação pública não são incorporados no processo de A21L.

A dificuldade de implementação efectiva da A21L, que se denota em muitos dos processos nos municípios europeus, relaciona-se nomeadamente com: após o estabelecimento de parcerias o processo parar por falta de recursos humanos e financeiros; alterações na administração; falta de acordos formais e falta de vontade política para implementar o plano. Contudo, a A21L demonstra como importantes resultados um maior conhecimento e consciencialização relativo ao papel das autoridades locais no desenvolvimento sustentável. Uma forma de a A21L concretizar os objectivos traçados poderá passar pelo enfoque em projectos concretos em que os cidadãos e agentes se sintam efectivamente envolvidos.

Em relação à integração da A21L com outros instrumentos municipais, verifica-se que na actualidade e na generalidade dos casos, a A21L tem sido integrada com outros instrumentos municipais de planeamento.

A inserção e trabalho em redes demonstra ser um mecanismo importante e relevante para os municípios envolvidos, apresentando várias vantagens, nomeadamente: maior apoio para implementação, mais contactos com instituições e programas europeus.

De acordo com a experiência do ICLEI poder-se-á se verificar útil os processos de A21L serem precedidos de estratégias locais de sustentabilidade.

Os agentes portugueses que responderam ao inquérito, para além de trabalharem com os municípios em processos de A21L também na maioria dos casos têm acompanhado os municípios no processo dos Compromissos de *Aalborg*. Verifica-se que 67% considera que os processos de desenvolvimento sustentável são prioritários para os municípios. Iguais resultados se obtêm em relação à existência de um compromisso efectivo por parte dos municípios que aderiram aos mesmos, embora sem correlação directa de respostas positivas e negativas a ambas as questões.

As motivações apresentadas para levarem os municípios a aderir a estes processos são variadas:

- Motivação política associada aos interesses económicos, particulares e pessoais;
- Uma visão de um futuro com maior qualidade de vida no município;
- Confusão entre Agenda 21 Local e educação ambiental;
- Cidadãos estarem mais informados/uma resposta a solicitação dos munícipes;
- Outros municípios se envolverem nestes processos;
- Envolvimento mais activo e participado com as populações;
- Procura de novos modelos/estratégias de desenvolvimento sustentável;
- Necessidade de reverter a perda de população;
- Aproveitamento de recursos endógenos criando oportunidades;
- Melhoria da qualidade de vida;
- Um desempenho melhor das funções e políticas.

Relativamente aos constrangimentos associados aos processos de A21L, as repostas são variadas, contudo a dificuldade de envolvimento dos agentes e de participação pública, a par de dificuldades inerentes aos recursos financeiros são referidas por metade dos agentes inquiridos. Outras dificuldades apontadas foram a falta de:

- Visão das grandes vantagens destes processos por parte dos decisores, dos políticos e dos cidadãos/falta de cultura;
- Adesão de empresas com sede exterior aos municípios;
- Envolvimento político na implementação das acções identificadas;
- Envolvimento transversal dentro da autarquia e a
- Mudança de partido político após eleições autárquicas.

De acordo com os agentes portugueses, os processos de A21L têm evoluído sobretudo em relação ao número de municípios aderentes ao processo e à mediatização do mesmo, factos que poderão estar interrelacionados. Foi ainda referido que a A21L passou a ser encarada como útil e importante ao desenvolvimento sustentável e que existe uma maior preocupação com o envolvimento directo da presidência municipal no processo.

Em relação à questão dos processos de A21L serem transversais nas autarquias, verifica-se que a maioria dos agentes considera que os processos não são na generalidade transversais (Figura 4.1). Esta questão encontra resposta directamente relacionada com a efectiva participação de vários departamentos municipais na elaboração e implementação da A21L (Figura 4.2).

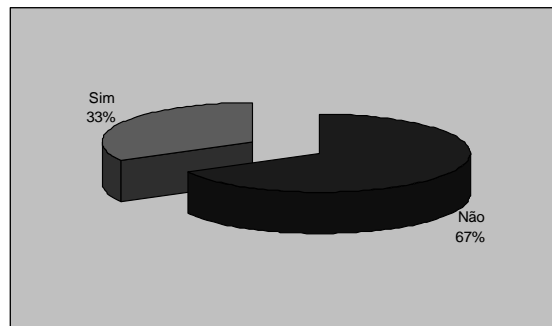


Figura 4.1 – Resposta à questão “Considera que na generalidade dos casos os processos são transversais dentro da autarquia?”.

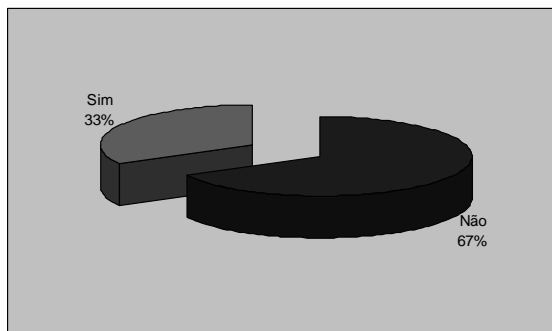


Figura 4.2 – Resposta à questão “Existe efectiva participação dos vários departamentos do município na elaboração do processo e na implementação do mesmo?”.

No respeitante à participação pública nos processos de A21L a resposta dos agentes portugueses aponta no sentido de a participação pública ser efectiva (Figura 4.3) e de ser efectivamente incorporada nos processos de tomada de decisão (Figura 4.4).

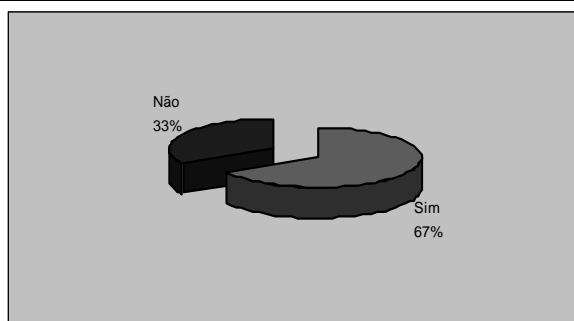


Figura 4.3 – Resposta à questão “Considera que na generalidade dos casos a participação pública é efectiva?”

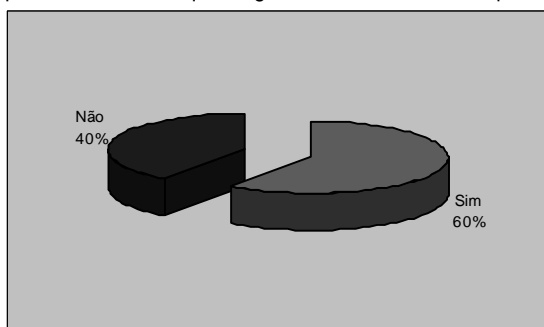


Figura 4.4 – Resposta à questão “Os resultados da participação pública são tidos em conta na elaboração da A21L e tomada de decisão?”

Em relação à questão da A21L ser efectivamente implementada, as respostas dos agentes encontram-se igualmente divididas (Figura 4.5). No caso dos agentes que consideram que os processos de A21L não são efectivamente implementados as razões apresentadas foram:

- Falta de conhecimento do processo de A21L;
- Falta de compromisso dos principais agentes dos concelhos na implementação das acções identificadas;
- Falta verbas para implementar acções mais dispendiosas.

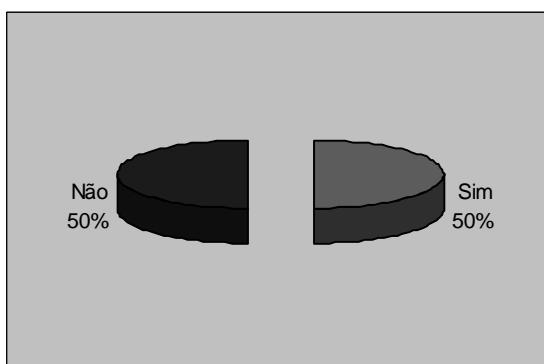


Figura 4.5 – Resposta à questão “Considera que na generalidade dos casos a A21L é efectivamente implementada?”.

Em relação aos agentes portugueses, que consideram que na generalidade dos casos a A21L é efectivamente implementada, os mesmo consideram que os principais resultados obtidos com a efectiva implementação da A21L são:

- Compromisso;
- Melhoria da qualidade de vida dos munícipes;
- Maior participação dos munícipes nas actividades do município.

A integração da A21L com outros instrumentos de planeamento municipal é igualmente uma resposta que divide a opinião dos agentes (Figura 4.6).

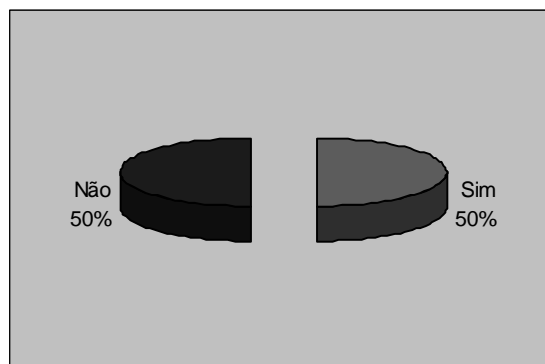


Figura 4.6 – Resposta à questão “Considera que a A21L tem sido integrada com outros instrumentos de planeamento municipais?”.

Já quando questionados sobre a utilidade do desenrolar dos processos de A21L no âmbito de redes de municípios os agentes são unânimes em considerar a sua utilidade, principalmente por existirem objectivos, estratégias e acções de escala multimunicipal e transfronteiriço; pela criação de sinergias e por permitir complementar e potenciar actuações, promovendo um desenvolvimento dos territórios de uma forma mais integrada. São ainda apontadas as seguintes razões:

- A inexistência de alternativa;
- Efeito de escala;
- Aprendizagem e partilha de experiências, soluções supramunicipais para problemas de âmbito municipal;
- Vantagem ao nível de recursos financeiros;
- Maior operacionalidade.

Quando questionados sobre as principais alterações que devem ocorrer no processo de A21L, os agentes apresentaram as seguintes respostas:

- Choque cultural nos decisores;
- Vontade política efectiva, no compromisso e transparência;
- Garantia de transversalidade a toda a estrutura municipal;
- Promoção da realização de acções desde o início e a divulgação dos seus resultados, por forma a influenciar positivamente a continuidade do processo a médio e longo prazo;
- Promoção de uma visão e acção para um desenvolvimento integrado, nas suas diversas dimensões;
- Contribuição para o exercício de sensibilização da população para uma cidadania mais participativa e responsável;
- Garantia fontes de financiamento;
- Criação gabinetes da A21L;
- Envolvimento de parceiros externos de forma permanente e financiada;
- Integração da A21L com outros instrumentos de planeamento;
- Criação de redes de municípios;
- Garantia da continuidade dos processos após a alteração de partido com as eleições;
- Generalização e comunicação de boas práticas entre municípios, motivadas e motivadoras de impulsionar a ENDS.

Quando questionados em relação à utilidade dos processos de A21L serem antecedidos de um processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico, os agentes portugueses consideram na sua maioria que não existe utilidade, por considerarem que o processo de A21L é por si só um processo estratégico de sustentabilidade e por existir risco de constituir mais um plano estratégico, desfasado e/ou independente da mobilização e participação inerente à A21L (Figura 4.7). Em relação à utilidade dos processos de A21L serem seguidos de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico, as respostas apresentam uma distribuição semelhante, embora não se encontrem correlacionadas (Figura 4.8).

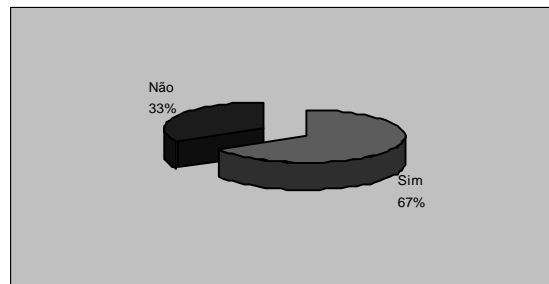


Figura 4.7 – Resposta à questão “Considera que seria útil os processos de A21L serem antecedidos de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico?”.

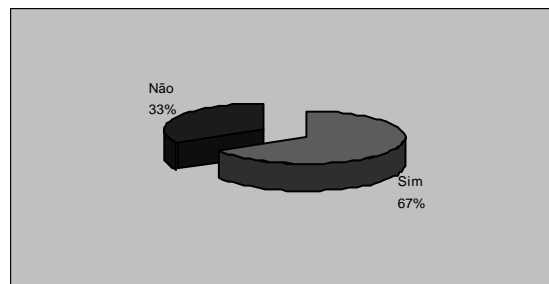


Figura 4.8 – Resposta à questão “Considera que seria útil os processos de A21L serem seguidos de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico?”.

Quando questionados sobre a utilidade de um processo estratégico no início ou no final do processo de A21L, a maioria dos agentes vê maior utilidade após o processo (Figura 4.9), como forma de garantir a continuidade dos resultados conseguidos com o processo de A21L. Em relação aos agentes que consideram a existência de utilidade no desenvolvimento de tais processos antes do processo de A21L, os motivos relacionam-se com a facilitação dos processos de participação.

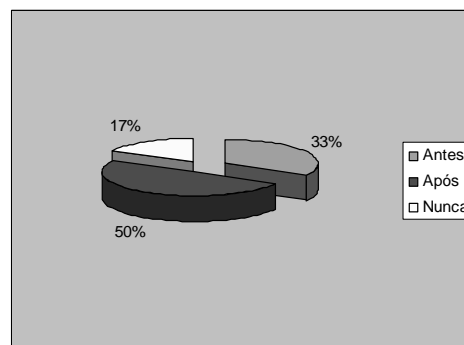


Figura 4.9 – Resposta à questão “Considera que seria útil os processos de A21L serem antecedidos de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico?”.

IV.5.2. Resultados do Inquérito aos municípios Portugueses

A reduzida taxa de resposta de apenas 6 inquéritos (Anexo V) ao nível dos municípios europeus (Quadro 4.1), exceptuando os portugueses, faz com que esta análise se baseie apenas nos resultados obtidos para os 31 municípios portugueses que responderam aos inquéritos (Anexo V), que representam 44% dos municípios portugueses com processos de A21L conhecidos à data de realização dos inquéritos.

Os municípios portugueses que responderam ao inquérito (Quadro 4.4), apresentam uma distribuição geográfica norte-sul de 35% e 65% respectivamente (Figura 4.10). Ao nível do distrito verifica-se que a obtenção de maior taxa de resposta ocorreu nos distritos Alentejanos e no distrito de Lisboa (Figura 4.12).

Em relação à data de início do processo de A21L, os municípios que responderam ao inquérito iniciaram-no em média em 2004. Com excepção do município de Oeiras que o iniciou na década de 90, os restantes municípios iniciaram o processo entre o ano 2001 e 2006, desses o ano médio de início do processo de A21L no município é de 2005.

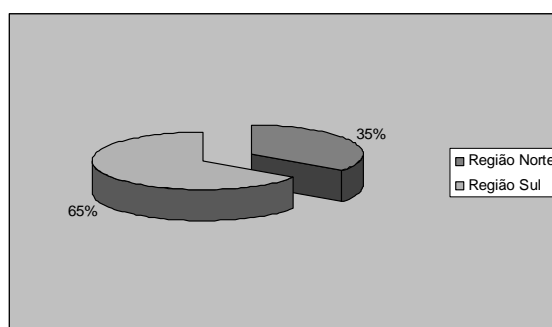


Figura 4.10 – Distribuição regional norte-sul dos municípios que responderam ao inquérito.

Quadro 4.4 – Municípios que responderam ao inquérito, respectiva data de início do processo de A21L, distrito e rede de municípios a que pertencem para elaboração da A21L.

Município	Ano	Distrito	Rede
Alenquer	2006	Lisboa	
Arraiolos	2003	Évora	DITAL21
Avis	2006	Portalegre	Norte Alentejano
Barrancos	2002	Beja	RAIA21
Bragança	2003	Bragança	Eixo Atlântico
Batalha	2006	Leiria	
Borba	2004	Évora	
Caminha	2006	Viana do Castelo	
Campo Maior	2006	Portalegre	Norte Alentejano
Elvas	2006	Portalegre	Norte Alentejano
Esposende	2002	Braga	
Évora	2005	Évora	
Faro	2007	Faro	
Ferreira do Alentejo	2007	Beja	
Lourinhã	2007	Lisboa	
Guimarães	2003	Braga	Eixo Atlântico
Maia	2004	Porto	
Marvão	2006	Portalegre	Norte Alentejano
Mértola	2004	Beja	RAIA21
Monforte	2006	Portalegre	Norte Alentejano
Odivelas	2001	Lisboa	
Oeiras	1996	Lisboa	
Paredes de Coura	2006	Viana do Castelo	Vale do Minho
Portalegre	2004	Portalegre	
Portimão	2005	Faro	
Oliveira do Bairro	2007	Aveiro	
Redondo	2004	Évora	DITAL21
São João da Madeira	2003	Aveiro	
Serpa	2005	Beja	RAIA21
Viana do Castelo	2003	Viana do Castelo	Eixo Atlântico
Vila Real	2003	Vila Real	Eixo Atlântico

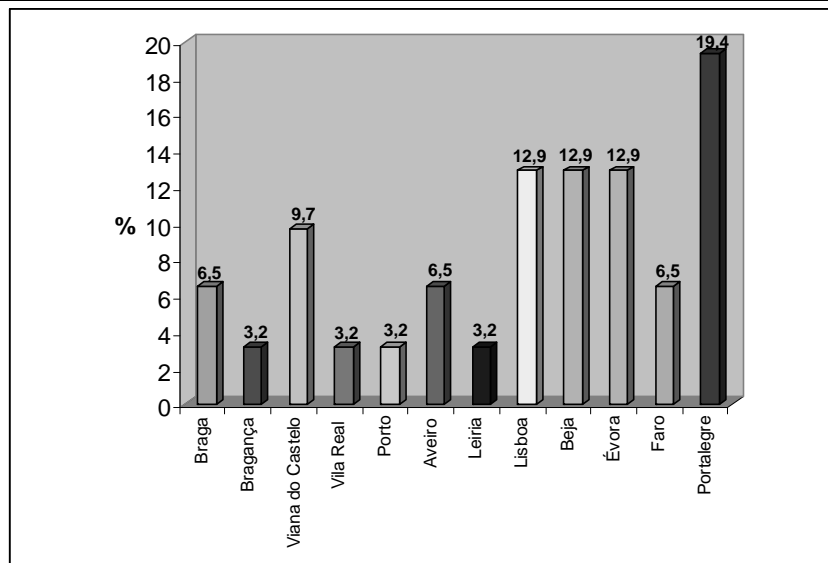


Figura 4.11 – Distribuição das respostas ao inquérito por distrito.

Quando questionados a cerca da razão que levou o município a iniciar um processo de A21L, mais de metade dos municípios (63%) refere que a principal razão foi a implementação de um procedimento capaz de criar um desenvolvimento sustentável no concelho. Outras razões foram apresentadas, a saber:

- Necessidade de iniciar um processo de envolvimento e participação da população;
- Definir uma política e estratégia de nível local, nomeadamente em termos de gestão da vertente ambiental;
- Promover a qualidade de vida dos cidadãos;
- Vontade política;
- Inserção numa rede de municípios;
- Motivação de agentes;
- Sugestão técnica;
- Experiências internacionais;
- Enquadramento de carácter estratégico para os planos e políticas de desenvolvimento do concelho;
- Promessa eleitoral do executivo.

Para apenas três dos municípios (10,3%), a razão inicial para continuação do processo de A21L alterou-se em relação à que motivou o início do mesmo. Um dos municípios não o explicitou, enquanto que para outro município é subjacente à paragem do processo e o terceiro município enuncia a falta de financiamento para desenvolver as actividades.

Em relação à liderança no início do processo verifica-se que na generalidade dos casos (61,3%) a liderança assentou em cargos políticos de topo (Presidente – 29%; Vice-presidência – 6,5% e Vereação – 25,8%; dos quais pelo menos 37,5% são vereadores do pelouro de Ambiente) (Figura 4.12).

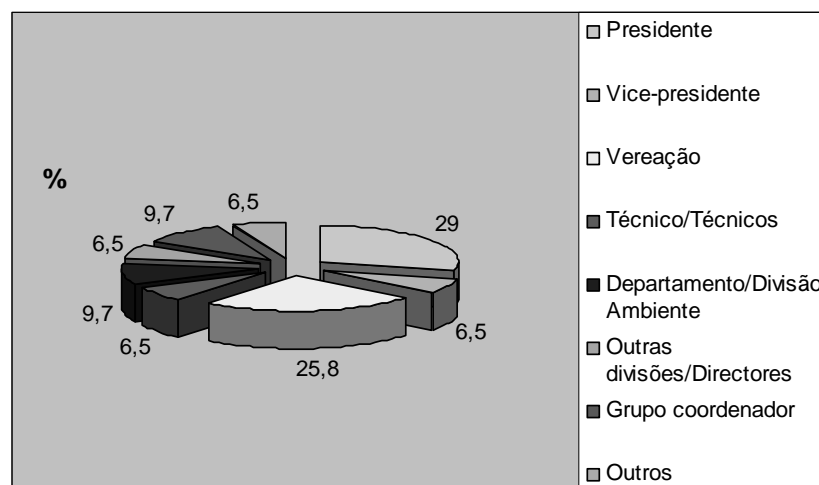


Figura 4.12 – Líderes do processo inicial de A21L nos municípios.

Apenas para 3 municípios (10,3%) que compõem a amostra houve alteração do líder inicial do processo de A21L, em dois dos quais a alteração mantém a semelhança no cargo do líder e no outro caso a liderança passou do presidente do município para a rede de municípios para desenvolvimento da A21L em que se insere.

Em relação às metodologias utilizadas, em termos de faseamento delineado para o processo de A21L, dado tratar-se de uma resposta aberta, cada município pode optar por especificar mais ou menos a referida metodologia, podendo ocorrer enviezamentos nos resultados obtidos relacionados com o grau de detalhe da resposta. Contudo, os resultados obtidos revelam que na sua generalidade os municípios apresentam fases comuns, nomeadamente a fase de diagnóstico, de elaboração do plano e de monitorização/avaliação, sendo que 45% revelam a definição de eixos/vectores estratégicos e 21% especificam a realização do exercício de definição da visão. Todos os processos são acompanhados por processos de participação pública como requisito inerente a um processo de A21L.

Os vários municípios que responderam ao inquérito encontram-se em fases distintas do processo de A21L que delinearão para o seu município. Na sua maioria os municípios encontram-se na fase de caracterização/diagnóstico ou de elaboração/aprovação do Plano de Acção (Figura 4.13). É ainda de salientar que apenas os processos iniciados antes do ano de 2004 se encontram em fase de implementação, com excepção de um município que apresenta uma implementação progressiva ao longo do processo de elaboração como parte da metodologia definida (Quadro 4.5). Este facto poderá condicionar algumas das respostas às questões do inquérito que se prendem com a operacionalização do processo da A21L.

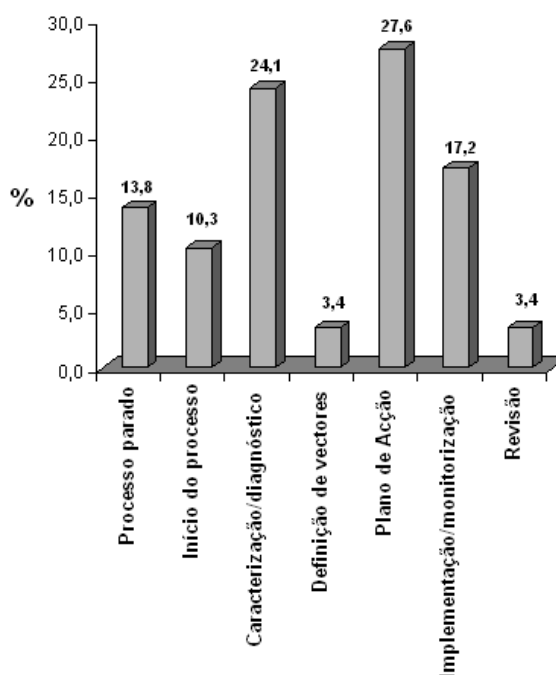


Figura 4.13 – Fases do processo de A21L dos municípios que compõem a amostra.

Quadro 4.5 – Distribuição das fases em que se encontram os processos de A21L nos municípios portugueses em relação à data de início do processo.

Data de início da A21L	Fase do Processo de A21L
1996	Revisão
2001	Processo parado
2002	implementação/monitorização
	implementação/monitorização
2003	Plano de Acção
	Processo parado
	implementação/monitorização
2004	implementação/monitorização
	Plano de Acção
	Início
	Início
	Plano de Acção
2005	Plano de Acção
	Início
	Processo parado
	Processo parado
2006	Caracterização/Diagnóstico
	Definição vectores
	Caracterização/Diagnóstico
	Caracterização/Diagnóstico
	Plano de Acção
	Plano de Acção
	Plano de Acção
Caracterização/Diagnóstico	
2007	Plano de Acção
	Caracterização/Diagnóstico
	Caracterização/Diagnóstico
	implementação/monitorização
	Caracterização/Diagnóstico

Os temas definidos como prioritários pelos municípios no início do processo de A21L, na generalidade dos casos (34%) cobrem a componente ambiental, social e económica e em 17% dos casos a componente institucional é acrescentada às componentes anteriores (Figura 4.14).

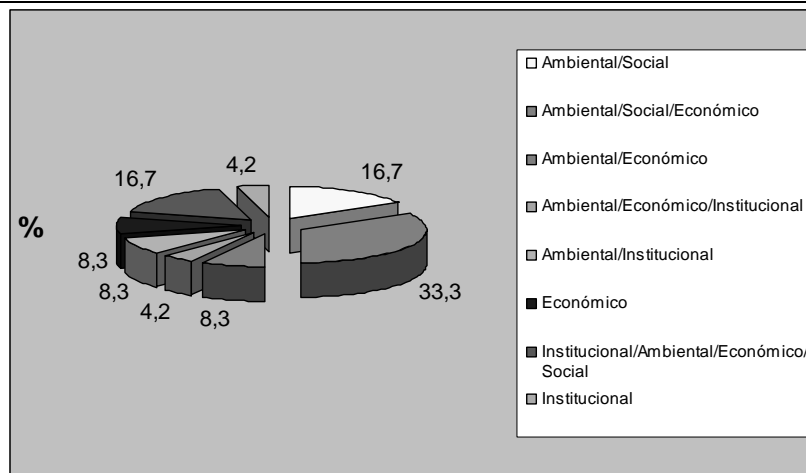


Figura 4.14 – Distribuição dos temas prioritários dos processos de A21L dos municípios pela componente ambiental, social, económica e institucional.

Apenas para cinco (19,2%) dos municípios que compõem a amostra os temas prioritários foram alterados desde o início do processo, um dos quais no âmbito da revisão da A21L. Nos restantes casos resultou em acréscimos de outros temas. Contudo, esses municípios já apresentavam temas prioritários que cobriam a componente ambiental, económica e social, com excepção de um dos casos que adiciona à componente económica a componente institucional.

Em relação à transversalidade do processo de A21L dentro da autarquia, verificou-se que em 86,2% dos casos, os municípios consideram que o processo foi transversal e que existiu efectiva participação dos vários departamentos. Para os casos em que o processo não foi transversal as respostas não permitem aferir quais os departamentos que tiveram participação no processo.

Quando questionados a cerca das dificuldades que têm sentido ao longo do processo é peremptoriamente apresentado como dificuldade a mobilização e participação do público e/ou agentes (61,5%). É ainda de salientar dificuldades associadas ao financiamento (23%) e à participação conjunta de vários departamentos municipais (19,2%), tendo sido as restantes respostas, respostas únicas município a município.

Relativamente à utilidade de estratégias de sustentabilidade para o município, antes ou depois do processo de A21L, verifica-se que dos 85% de municípios que não tiveram o processo de A21L antecedido de uma estratégia de sustentabilidade local, 70,6% pensam que teria sido útil a sua elaboração. Em relação aos municípios com uma estratégia de sustentabilidade local anterior à A21L enumeram como vantagens:

- Definição mais objectiva dos componentes da A21L;
- Diagnóstico com definição de estratégia de actuação e propostas concretas de intervenção;
- Monitorizar estratégia de desenvolvimento do município;
- A21L garante a visão de sustentabilidade da estratégia de desenvolvimento do município.

No que diz respeito à A21L ser seguida de uma estratégia de sustentabilidade para o município apenas num caso se verifica a existência de tal processo. Dos municípios que não desenvolveram uma estratégia de sustentabilidade posterior ao processo de A21L, 72,7% consideram que seria útil.

É ainda possível verificar que 42,9% dos municípios consideram útil a realização da estratégia de sustentabilidade local apenas antes da A21L, em contraste com 14,2% que consideram a sua utilidade apenas no final do processo (Figura 4.15). Salienta-se ainda que 42,9% dos municípios considera que seria útil a sua realização anteriormente e posteriormente ao processo de A21L (Figura 4.15).

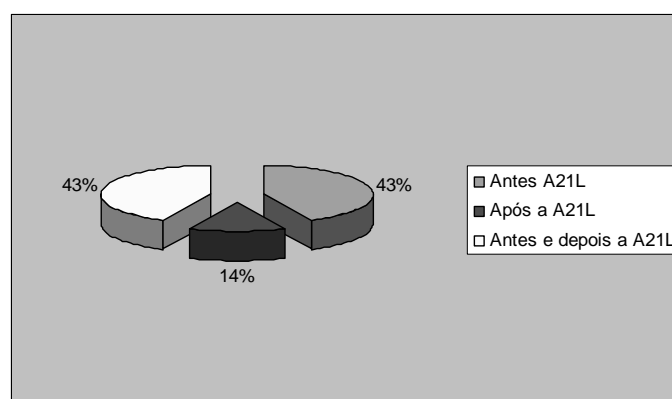


Figura 4.15 – Distribuição das respostas dos municípios em relação à utilidade temporal de realização de estratégias de sustentabilidade local.

No que diz respeito ao processo de participação pública, a mesma foi efectiva e incorporada no processo em 100% dos casos. De forma geral foi transversal a todas as fases do processo (85%), sendo considerado o seu papel fundamental, nomeadamente na definição dos vectores e eixos estratégicos (35,3%), na fase de diagnóstico/caracterização (41,2%) e na definição do plano de actividades (47%). As formas de participação pública utilizadas são variadas, concentrando-se principalmente na realização de questionários (24%), fóruns (21%) e *Workshops* (14%) (Figura 4.16)

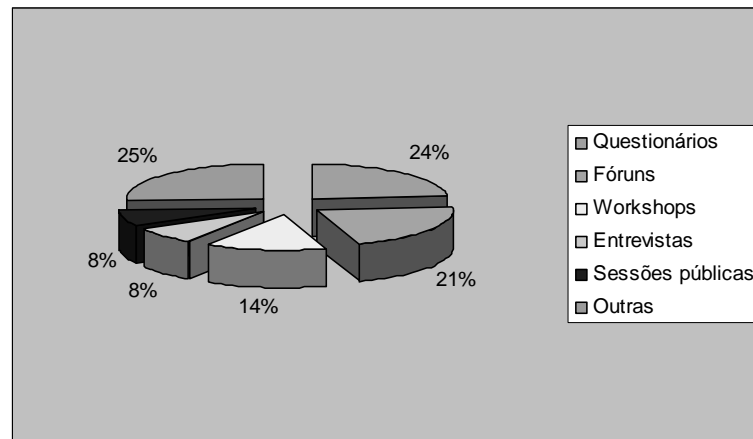


Figura 4.16 – Formas de participação pública utilizadas pelos municípios.

É ainda possível verificar que 60% dos municípios recorreram a parcerias ao longo do processo de A21L, nomeadamente a público-privadas (42%), com ONG's (29%) e outras (29%) (Figura 4.17). O objectivo inerente à concretização de parcerias é sobretudo para implementação da A21L (20%) e para promoção da participação pública (13,3%).

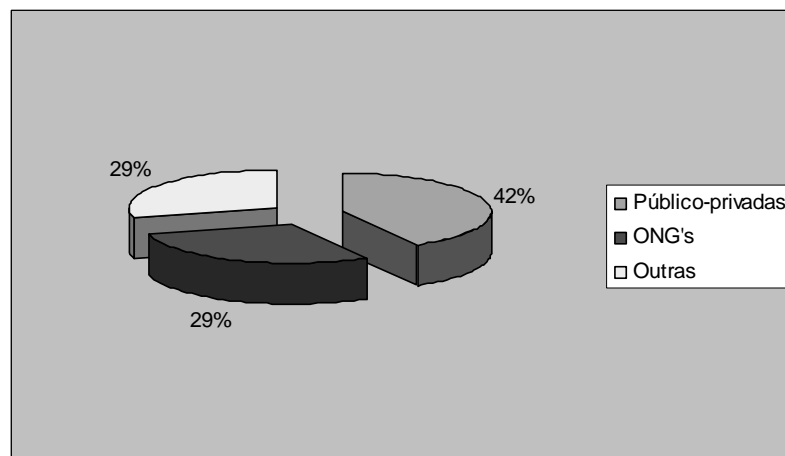


Figura 4.17 – Tipos de parcerias estabelecidas pelos municípios.

Na maioria dos casos verifica-se que os municípios portugueses integram a A21L com outros instrumentos de planeamento (73%), principalmente com o PDM (70,6%), nomeadamente através de conciliação de objectivos e acções e articulação inter-departamental. Outros instrumentos referidos como integrados com a A21L foram: Planos estratégicos; Sistema integrado de gestão e qualidade do ambiente; Carta de ruído; Planos de urbanização; Plano de mobilidade; Estrutura verde; Carta Educativa; Rede Social; Plano de Ambiente; entre outros.

Em relação aos resultados decorrentes do processo de A21L sentidos pelos municípios as respostas são muito diversificadas, nomeadamente:

- Maior consciencialização de técnicos, entidades locais e população;
- Envolvimento da população e agentes;
- Documento que traduz as necessidades e expectativas locais em matéria de desenvolvimento sustentável;
- Maior conhecimento dos problemas do municípios e vontade dos munícipes;
- Plano de acção que permite que as opções políticas sejam estrategicamente tomadas e assumidas;
- Identificação de projectos prioritários;
- Desenvolvimento económico do concelho;
- Melhoria da eficiência energética;
- Qualidade do espaço público nas áreas urbanas;
- Nova perspectiva de comunicação e planeamento;
- Resultados específicos em relação a problemas específicos de cada município.

48,4% dos municípios pertencentes à amostra em estudo estão inseridos numa rede de municípios para desenvolvimento de um processo de A21L (Quadro 4.4). Apenas dois dos municípios (13,3%) da amostra inseridos numa rede apresentaram alguma desvantagem em desenvolver o processo de A21L no âmbito de uma rede, nomeadamente o facto de se ter de aplicar uma metodologia pré-estabelecida e comum e os processos tornarem-se mais lentos.

As vantagens apresentadas em um município pertencer a uma rede de municípios para desenvolvimento de um processo de A21L são várias, nomeadamente:

- Articulação de objectivos;
- Dinâmica de grupo;
- Cooperação entre parceiros;
- Maior facilidade na apresentação de candidaturas a fundos;
- Implementação de pequenos projectos em comum;
- Partilha de experiências e conhecimento;
- Melhor acesso à informação;
- Discussão de problemas comuns;
- Partilha e comparação de resultados e soluções.

Em relação à assinatura da carta e compromissos de *Aalborg* verifica-se que 61,5% dos municípios que responderam a esta questão assinaram a Carta de *Aalborg* e 54% os compromissos de *Aalborg*. 45,5% dos municípios que responderam a ambas as questões assinaram ambos os documentos.

Quando questionados sobre o papel/apoio que gostariam que o governo desse ao processo de A21L a grande opção recai no financiamento, com 78,3% dos municípios que responderam à questão a dar esta resposta. Outros apoios foram apontados nomeadamente:

- Visibilidade/divulgação;
- Maior cooperação entre a administração local e central;
- Incentivar os municípios a desenvolverem estes processos;
- Criação de estrutura de apoio técnico/administrativo;
- Apoio à monitorização;
- Mais autonomia do poder local nos processos de planeamento;
- Publicação de um guia de orientação à implementação e que permitisse harmonizar procedimentos;
- Disseminação de boas práticas, instrumentos e guias;
- Apoio legislativo;
- Orientações claras e objectivas.

Em relação às alterações que gostariam de ver no futuro, os municípios acordam na vontade de um envolvimento efectivo das populações (40%), maior autonomia local (20%) e maior atenção dos processos de planeamento regional e nacional aos processos de sustentabilidade locais já implementados (13%), entre outros:

- O não acesso a financiamento a projectos não sustentáveis;
- Disponibilização de mais recursos financeiros para a implementação das medidas;
- Integração da componente ambiental, social e económica;
- Maior exemplo do governo para com os processos de A21L;
- Enquadramento legal que confira obrigatoriedade à integração de medidas de sustentabilidade na gestão autárquica;
- Generalização a todas as autarquias do país, enquadradas numa política nacional de informação, educação e participação para a cidadania.

IV.6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Embora com um constrangimento ao nível da amostra obtida para aplicação dos inquéritos, por não poder ser extensível aos municípios e agentes europeus, considera-se que a possibilidade de obter a posição do ICLEI cobre parcialmente o constrangimento referido. Em relação ao caso português a amostra obtida considera-se, tanto em relação aos agentes, como aos municípios, representativa, uma vez que se encontram representados na amostra os agentes que têm trabalhado mais activamente com os municípios portugueses nos processos de A21L e 39% dos municípios portugueses que à data se conhecia que tinham iniciado um processo de A21L.

A aplicação dos inquéritos permitiu perceber que, se por um lado os municípios portugueses demoraram a apanhar o comboio da A21L, facto verificado pelas datas de início do processo, por outro lado esse atraso permitiu que parte dos processos tenham incorporado as recomendações internacionais, nomeadamente no que diz respeito a uma liderança de topo, à natureza estratégica do processo (com inserção em alguns dos casos do exercício de definição da visão e de eixos/vectores estratégicos) e à transversalidade das temáticas abordadas em relação às componentes do desenvolvimento sustentável.

Tal como apontado pelo ICLEI em relação à Europa como um todo, também os agentes portugueses consideram que os processos locais de desenvolvimento sustentável são prioritários para os municípios e que o compromisso perante os mesmos é na generalidade dos casos efectivo, pelo que a principal razão dos municípios portugueses para iniciar este processo é a promoção do desenvolvimento sustentável e qualidade de vida dos cidadãos.

A diferença em relação às motivações, apresentadas pelo ICLEI e pelos agentes e municípios portugueses, para início destes processos, pode relacionar-se com o facto de Portugal se encontrar ainda atrasado na elaboração e implementação dos mesmos, pelo que as prioridades são distintas em relação aos restantes países europeus. O mesmo motivo poderá também ser a razão das diferenças entre os constrangimentos actuais da evolução do processo para a Europa e para Portugal. Em Portugal o processo de A21L tem evoluído em relação ao número de processos iniciados e escala de aplicação dos mesmos, enquanto que numa perspectiva europeia os processos estão em fase implementação com recurso ao estabelecimento de parcerias.

Em relação à transversalidade dos processos de A21L e à efectiva participação de vários departamentos na elaboração e implementação dos mesmos, a resposta de agentes portugueses e do ICLEI são totalmente coincidentes ao considerarem que não ocorre. Já no respeitante à participação pública as opiniões divergem. Os agentes portugueses apontam para que na generalidade dos casos seja efectiva e incorporada no processo, indo ainda de acordo à resposta dos municípios portugueses que são unânimes em demonstrar que a mesma é parte fundamental do processo. Salienta-se ainda a importância que os municípios portugueses dão ao estabelecimento de parcerias ao longo do processo.

É possível verificar a existência de dificuldades de implementação de muitos dos processos de A21L ao nível da Europa e em Portugal. Em Portugal verifica-se que os processos têm uma elaboração relativamente morosa e como tal uma taxa de processos em fase de implementação baixa. A necessidade de recursos financeiros, de envolvimento dos agentes/cidadãos e de efectivar a transversalidade do processo no interior da autarquia estão na ordem dos principais constrangimentos ao processo de A21L.

Ao nível global pode-se considerar que dos principais resultados da A21L contam-se a consciencialização dos agentes e cidadãos, o aumento do conhecimento associado ao desenvolvimento sustentável e o contributo para melhor se conhecer os problemas, potencialidades de desenvolvimento local e expectativas dos cidadãos.

A inserção do processo de A21L numa rede de municípios reúne consenso nas suas vantagens, nomeadamente no impulso que tem dado a vários processos e à partilha de conhecimentos, expectativas e experiências.

No que diz respeito aos processos de A21L serem antecidos ou seguidos de processos estratégicos, se o ICLEI é peremptório a afirmar a sua utilidade antes do processo de A21L, os agentes portugueses não vêm a situação da mesma forma por considerarem que a A21L já é por si só um processo estratégico. É de frisar que parte significativa de municípios portugueses demonstraram que consideram que um processo de carácter estratégico poderá ter utilidade em ser efectuado, havendo neste caso divergência entre os agentes que trabalham com os municípios e o ponto de vista dos próprios municípios como promotores do processo de A21L.

As alterações que deverão ocorrer no processo de A21L, para que os objectivos a que se propõe sejam atingidos, passam nomeadamente pelo foco em projectos concretos com os quais a população e agentes se identifiquem, entre outras, como o envolvimento e participação de agentes/cidadãos, a garantia de continuidade dos processos e do financiamento associado ao desenvolvimento das diversas fases do mesmo. Os municípios portugueses esperam ainda da parte do governo um papel mais activo, nomeadamente na promoção dos processos, no apoio financeiro e orientativo.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho de investigação permitiu efectuar uma análise do estado da arte em matéria de cidades sustentáveis na Europa, bem como do seu quadro orientativo. Representa ainda um contributo para reduzir a lacuna de informação existente em relação ao conhecimento sob a aplicação da A21L na Europa, mesmo que parcialmente comprometido pela reduzida taxa de resposta aos inquéritos aplicados, por parte de municípios e agentes, facto parcialmente compensado pela resposta do ICLEI-Europa ao referido inquérito.

As cidades são uma matriz complexa de actividades e efeitos que exigem um planeamento sustentável e uma compreensão das suas relações e impactes ao nível local e global. Têm um papel importante na concretização de objectivos de várias estratégias internacionais, tais como a Agenda 21 e a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE. Definem a qualidade do ambiente urbano e de vida dos cidadãos, não devendo ser encaradas como o problema, mas como a solução para a sustentabilidade global. Assim, é necessário analisar as suas potencialidades e ter espírito inovador e criativo ao aplicar uma estratégia de gestão urbana.

A UE fornece o quadro orientativo aos Estados Membros, através de recomendações efectuadas num conjunto de documentos que vêm sendo lançados ao longo dos anos e que como tal têm integrado os avanços nesta matéria, bem como através de apoio financeiro e institucional a iniciativas de sustentabilidade urbana. Contudo, não existe uma pressão efectiva para que os Estados Membros cumpram o compromisso a que se propuseram com a assinatura da Agenda 21 na Cimeira da Terra. É importante que as políticas de desenvolvimento sustentável tenham uma base nacional estimuladora de soluções inovadoras, exemplares e replicáveis, sem que contudo se baseie no estabelecimento de uma metodologia rígida e comum a estender a todos os municípios.

Tem existido por parte das autoridades locais um reconhecimento e consciencialização da importância de aderência a processos de sustentabilidade e um crescente efectivar do compromisso, embora os processos ainda se encontrem em grande parte centralizados em grupos de estudos e organizações. A passagem do reconhecimento à acção envolve um grande esforço político, e representa um compromisso contínuo que não termina. Como tal, é necessário assegurar a continuidade e integração dos processos.

Se no início os processos locais de desenvolvimento local se focavam sobretudo na componente ambiental, na actualidade são delineados por forma a ter um carácter mais transversal e estratégico e orientados para a acção, procurando integrar as recomendações de boas práticas. Apesar dos progressos ocorridos ao longo do tempo, verifica-se uma dificuldade relacionada com o envolvimento, participação e compromisso de cidadãos e agentes. Isto quando, qualquer processo de desenvolvimento sustentável que não tenha por base uma efectiva participação pública e recurso a parcerias não poderá cumprir eficazmente os seus objectivos, uma vez que falha princípios base inerentes a este tipo de processos. A mobilização e envolvimento efectivo de agentes e cidadãos constitui assim um dos grandes desafios à sustentabilidade local.

Os municípios têm hoje ao seu dispor um leque variado de ferramentas, de acesso facilitado a recursos de disseminação de informação e experiências. Se a utilização de ferramentas tem um papel impulsionador e de *benchmarking* importante, a sua utilização descuidada pode levar à duplicação de processos e a iniciativas isoladas nos municípios. Verifica-se assim a necessidade de levantamento de informação relativa aos resultados de desempenho das mesmas, às vantagens comparativas de ferramentas com vista a um mesmo objectivo e ao potencial de integração das mesmas com outras ferramentas já em utilização nos municípios.

A continuação da promoção de redes de cidades poderá ser uma das soluções para motivar parceiros, potenciar esforços e criar sinergias entre cidades. Contudo, é necessário garantir que cada uma das autoridades locais envolvidas no processo se sente parte do mesmo e que tenha possibilidade de participar no seu desenvolvimento. Em muitas situações, um município ao aderir a uma rede não tem qualquer envolvimento no processo, que consiste na aplicação de uma metodologia e liderança comum a todos os parceiros. É necessário garantir a possibilidade de manutenção das especificidades de cada parceiro da rede.

As cidades europeias têm dado mostras da possibilidade de criar iniciativas inovadoras e diversas com vista ao desenvolvimento sustentável, desencadeadas por diversos promotores que surgem em diferentes contextos e que são aplicadas em diversos âmbitos e escalas, demonstrando que todos os trunfos estão disponíveis, bastando apenas saber como e quando utilizá-los, havendo contudo um longo caminho a percorrer. Verifica-se a necessidade de estudos que permitam detectar se as iniciativas de sucesso se tratam de casos isolados ou se se encontram integrados numa estratégia municipal, bem como quais as dificuldades e

obstáculos surgidos e como se ultrapassaram os mesmos. A efectiva implementação de processos conducentes ao desenvolvimento local sustentável, com possibilitação de averiguação de resultados efectivos atribuíveis à sua implementação, tem se tornado difícil. Como tal, urge na actualidade garantir a monitorização/avaliação e disseminação desses resultados.

Assim, não deverão haver critérios pré-concebidos em relação ao número e tipo de processos desenvolvidos num município com vista ao seu desenvolvimento sustentável. Cada município apresenta uma realidade própria e embora os processos devam assentar em princípios e em fases metodológicas amplamente aprovadas e estabelecidas, devem ser dadas a conhecer todas as opções para que de forma consciente, capacitada e partilhada se adapte a metodologia às características de cada local. Assim, municípios e agentes que os apoiam na elaboração dos processos de desenvolvimentos local sustentável, devem concertar posições e trabalhar em conjunto.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Portuguesa do Ambiente; Terra (2007); *Guia Agenda 21 Local um desafio de todos – Manual*; versão preliminar; Agência Portuguesa do Ambiente; Amadora.

Amado, Miguel Pires (2005); *Planeamento Urbano Sustentável*; Coleção pensar arquitectura; Caleidoscópio; Lisboa.

Baciu, C.; Cristea V. (2000); *An ecosystem based approach to urban life*; Naturopa n.º94/2000; pp. 4-5; Council of Europe; Brussels.

CIVITAS (2005); *2º Encontro Nacional de Dinamizadores da Sustentabilidade Local; Monte da Caparica*; CIVITAS.

CML; IST; (2007); *Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Loulé*; CML; Loulé.

Comissão das Comunidades Europeias (2006); *Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*; Comissão das Comunidades Europeias; Bruxelas.

Comissão das Comunidades Europeias (2004); *Para uma Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano*; Comissão Europeia; Bruxelas.

Comissão das Comunidades Europeias (1998); *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: Um Quadro de Acção*; Comissão Europeia; Bruxelas.

Comissão das Comunidades Europeias (1997); *Para uma agenda urbana da União Europeia*; Comissão Europeia; Bruxelas.

Comissão das Comunidades Europeias (1997); *Relatório de Progresso do Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano da Comissão Europeia 1993-1996*; Comissão Europeia; Bruxelas.

Commission of the European Communities (1990); *Green Paper on the Urban Environment*; European Commission; Brussels.

Council of Europe on urban policies (1992); *The European Urban Charter*; Council of Europe on urban policies.

Creedy, Allen; et al. (2007); *Towards liveable towns and cities*; Allen Creedy and Christina Zuidema.

Directorate General Regional Policy (DGRP) (2007); *Survey on perceptions of quality of life in 75 european cities*; European Commission; Bruxelas.

EEA (1999); *Sustainable Development for Local Authorities Approaches, Experiences and Sources*; EEA; Copenhagen.

EEA (2002); *Towards an urban atlas Assessment of spatial data on 25 European cities and urban areas*; EEA; Copenhagen.

EEA (2006a); *Indicadores Urbanos*; Briefing 4; EEA; Copenhaga.

EEA (2006b); *Urban Sprawl in Europe: The Ignored Challenge*; EEA; Copenhagen.

European Commission (2007a); *Life in the City: Innovative solutions for Europe's urban environment*; European Commission; Brussels.

European Commission (2007b); *Leipzig Charter on Sustainable European Cities*; European Commission; Leipzig.

Ferreira, António Fonseca (2005); *Gestão Estratégica de Cidades e Regiões*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Girardet, Herbert (2007); *Criar Cidades Sustentáveis*; Cadernos Schumacher para a sustentabilidade; Edições Sempre em Pé; Águas Santas.

Grupo de peritos sobre o ambiente urbano (1997); *1º Relatório de Progresso*; Comissão Europeia; Bruxelas.

Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano (GPAU) (1996); *Relatório Cidades Europeias Sustentáveis*; Comissão Europeia; Bruxelas.

Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano (2004); *Gestão Urbana Sustentável*; Comissão Europeia; Bruxelas.

Guerra, João; *et.al.* (2004); *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*; Porto; Fronteira do Caos.

HM Government (2005); *Securing the Future: The UK Government Sustainable Development Strategy*; TSO; Norwich.

ICLEI (2007); *Aalborg Commitments Implementation Guide: a five step approach*; ICLEI; Freiburg.

ICLEI (2002); *Second Local Agenda 21 Survey*; United Nations Commission on Sustainable Development.

IPA (2003); *Avaliação da Implementação da Agenda 21 Local*; IPA; Estoril.

Johnson, Bjorn e Lehmann, Martin (2006); *Sustainability and cities as systems of innovation*; DRUID; Aalborg.

Lopes, João Teixeira (2002); *Novas Questões de Sociologia Urbana, Conteúdos e “orientações” pedagógicas*; Edições Afrontamento; Santa Maria da Feira.

Lynch, Kevin (1981); *A boa forma da cidade*; Arquitectura e Urbanismo, Edições 70; Lisboa.

Lynch, Kevin (1960); *A Imagem da Cidade*; Edições 70; Lisboa.

Machado, João de Azevedo Reis (2000); *A Emergência dos Sistemas de Informação Geográfica na Análise e Organização do Espaço*; Fundação Calouste Gulbenkian; Porto.

Mela, Alfredo (1999); *A Sociologia das Cidades*; Editorial Estampa; Lisboa.

Official Journal of the European Communities (1993); *Towards Sustainability - A European Community programme of policy and action in relation to the environment and sustainable development*; No C 138/5; 17/5/1993; 93 pp.

Office of the Parliamentary Commissioner for the Environment (2002); *Creating Our Future: Sustainable Development for New Zealand*; Wellington; New Zealand.

Partidário, Maria do Rosário (2000); *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*; DGOTDU; Lisboa.

Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia (2002); Decisão n.º 1600/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Julho de 2002 que estabelece o sexto programa comunitário de acção em matéria de Ambiente.

Rogers, Richard (1997); *Cidades para um pequeno planeta*; Editorial Gustavo Gil; Amadora.

UK Government (2000); *Local Government Act 2000*; The Stationery Office Limited; UK.

UN-HABITAT (2002); *The Global Campaign on Urban Governance*; UN-HABITAT; Kenya.

Working Group on Integrated Implementation of Environmental Legislation (2002); *Towards more integrated implementation of environmental legislation in urban areas*; final report; Comissão Europeia; Bruxelas.

Working Group on Urban Environmental (2001); *Towards more sustainable urban land use: advice to European Commission to for policy and action*; European Commission, Brussels.

Sítios na Rede:

- http://www.rrcap.unep.org/projects/nsds/pub/NSDS_strategy.doc, Acedido em Fevereiro de 2008
- http://www.unep.org/dpdl/PDF/Ecosystems_and_Biodiversity_Role_of_Cities.pdf, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.unhabitat.org>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.oneplanetliving.org/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.sustainable-cities.eu/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.aalborgplus10.dk/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.localaction21.org/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.liveablecities.org/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.mue25.net>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.cm-cascais.pt>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.acrplus.org>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.localsustainability.eu/index.php?id=4262>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.traintola21.org>, Acedido em Novembro de 2008
- <http://www.a21italy.it/a21italy/enviplans/home.htm>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.energie-cities.org/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.redecidadessaudaveis.com/pt/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.climate-compass.net>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.iclei-europe.org/ccp>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.cidadessustentaveis.info/portal.html>, Acedido em Novembro de 2008
- <http://www.iclei-europe.org/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.euocities.org/flashCheck.php>, Acedido em Fevereiro de 2008
- http://www.footprintnetwork.org/gfn_sub.php?content=footprint_overview, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.smile-europe.org/>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.polis.maotdr.gov.pt>, Acedido em Fevereiro de 2008
- <http://www.futurosustetnavel.org/>, Acedido em Novembro de 2008
- <http://www.ascskills.org.uk/>, Acedido em Novembro de 2008
- <http://www.eukn.org/portugal/>, Acedido em Novembro de 2008
- http://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/index_en.htm, Acedido em Novembro de 2008
- <http://www.abae.pt/programa/ECOXXI/inicio.php>, Acedido em Novembro de 2008
- <http://ethisphere.com/2020-global-sustainability-centers/>, Acedido em Novembro de 2008
- <http://status-tool.iclei.org/content.php/frontpage/?p=1>, Acedido em Novembro de 2008
- http://ec.europa.eu/environment/urban/common_indicators.htm, Acedido em Novembro de 2008

ANEXO I – ENTIDADES⁵ SIGNATÁRIAS DA CARTA E COMPROMISSOS DE AALBORG

Quadro I.1 – N.º de entidades europeias que assinaram ou manifestaram interesse em assinar a Carta de Aalborg, por país (<http://www.aalborgplus10.dk>).

País	N.º Entidades Signatárias	N.º Entidades com intenção de assinar	Total
Albânia	2		2
Alemanha	77	6	83
Andorra	1		1
Arménia	1		1
Áustria	1		1
Bélgica	11	1	12
Bulgária	15	3	18
Croácia	22		22
Chipre	2		2
República Checa	2		2
Dinamarca	11		11
Eslovénia	4		4
Espanha	1084	42	1126
Estónia	6	1	7
Finlândia	32		32
França	40	2	42
Grécia	64	5	69
Holanda	11	1	12
Hungria	4		4
Irlanda	2	3	5
Islândia	1		1
Itália	833	49	882
Jugoslávia	1		1
Kosovo	3		3
Letónia	4	1	5
Lituânia	6		6
Luxemburgo	2		2
Macedónia	1		1
Moldova	7	1	8
Montenegro	2		2
Noruega	8		8
Polónia	6	1	7
Portugal	37	1	38
Reino Unido	104	2	106
Roménia	10		10
República Eslováquia	3		3
Suécia	23	1	24
Suiça	5	1	6
Ucrânia	104	2	106
Total	2552	123	2675

⁵ Para além de municípios estão contabilizadas regiões, províncias, outras.

Quadro I.2 – N.º de entidades europeias que assinaram ou manifestaram interesse em assinar os Compromissos de *Aalborg*, por país (<http://www.aalborgplus10.dk>).

País	N.º cidades Signatárias	N.º cidades com intenção de assinar	Total
Alemanha	9		9
Áustria	4		4
Bélgica	1	1	2
Bulgária	3		3
Croácia	1		1
Dinamarca	3		3
Espanha	236	18	254
Estónia	5		5
Finlândia	8		8
França	9		9
Grécia	9		9
Irlanda	1		1
Islândia	1		1
Itália	132	13	145
Kosovo	4		4
Letónia	1		1
Lituânia	2		2
Moldova	1		1
Noruega	3		3
Polónia		1	1
Portugal	49	2	51
Reino Unido	9	3	12
Roménia	1		1
Sérvia	1		1
Suécia	10	2	12
Suiça	1	1	2
Ucrânia	3		3
Total	507	41	548

ANEXO II – INQUÉRITO APLICADO AOS AGENTES EUROPEUS

Exmo. Sr.(a),

o presente inquérito insere-se no âmbito da dissertação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, intitulada “Cidades Sustentáveis - o Contexto Europeu”, a realizar pela aluna Rita Gomes, sob orientação da Prof. Doutora Maria do Rosário Partidário.

O objectivo da dissertação proposta é rever o conceito de cidades sustentáveis e a pertinência actual da aplicação do mesmo, bem como estudar o estado de arte nesta temática.

De forma específica pretende-se identificar constrangimentos e potencialidades ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, bem como identificar os instrumentos passíveis de serem utilizados para esse fim.

Este inquérito dirige-se às organizações que trabalham com municípios europeus em processos de sustentabilidade local.

Dessa forma, agradeço em antemão a disponibilidade e a resposta ao mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

Rita Gomes

Inquérito no âmbito da tese “Cidades Sustentáveis – O Contexto Europeu”

1. Identificação:

Organização:

Cidade:

País:

2. Processo de Agenda Local 21 (AL21)

1. Com que processos de desenvolvimento sustentável de nível local têm trabalhado?

Compromissos de *Aalborg*

AL21

Estratégias Locais de Sustentabilidade

Outros: _____

2. Actualmente os processos de desenvolvimento sustentável de escala local são prioritários para os municípios?

Não Sim

3. Quais as principais motivações que levam os municípios a aderirem a processos de desenvolvimento sustentável de escala local?

4. É possível afirmar que na maioria dos casos existe um efectivo compromisso por parte do município para com os processos de desenvolvimento sustentável em que estão envolvidos?

Não Sim

5. Quais os principais constrangimentos associados ao processo de AL21?

6. Que evolução tem ocorrido nos processos de AL21 ao longo do tempo?

7. Considera que na generalidade dos casos os processos são transversais dentro da autarquia?

Não

Sim

8. Existe efectiva participação dos vários departamentos do município na elaboração do processo e na implementação do mesmo?

Não

Sim

9. Considera que na generalidade dos casos a participação pública é efectiva?

Não

Sim → 9.1 Os resultados da participação pública são tidos em conta na elaboração da AL21 e tomada de decisão?

Não

Sim

10. Considera que na generalidade dos casos a AL21 é efectivamente implementada?

Não → 10.1 Porquê? _____

Sim

↓
10.2 Quais os resultados chave resultantes da efectiva implementação da AL21?

11. Considera que a AL21 tem sido integrada com outros instrumentos de planeamento municipais?

Não

Sim

12. Considera vantajoso o desenrolar de processos de AL21 no âmbito de redes de municípios?

Não

Sim → 12.1 Porquê? _____

13. Quais as principais alterações que considera que devem ocorrer no processo de AL21?

14. Considera que seria útil os processos de AL21 serem antecedidos de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico (Estratégia de sustentabilidade para o município)?

Não

Sim

15. Considera que seria útil os processos de AL21 serem seguidos de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico (Estratégia de sustentabilidade para o município)?

Não

Sim

16. Quando considera ser mais eficiente a elaboração de Estratégias de sustentabilidade para o município?

16.1 Antes do processo de AL21

16.2 Depois do processo de AL21

16.3 Nunca

16.4 Porquê?

Muito Obrigado pela sua participação !!!

Rita Gomes

Enviar resposta ao inquérito para gomerita@gmail.com

ANEXO III – INQUÉRITO APLICADO AOS MUNICÍPIOS EUROPEUS

Exmo. Sr.(a),

o presente inquérito insere-se no âmbito da dissertação em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, intitulada “Cidades Sustentáveis - o Contexto Europeu”, a realizar pela aluna Rita Gomes, sob orientação da Prof. Doutora Maria do Rosário Partidário.

O objectivo da dissertação proposta é rever o conceito de cidades sustentáveis e a pertinência actual da aplicação do mesmo, bem como estudar o estado de arte nesta temática.

De forma específica pretende-se identificar constrangimentos e potencialidades ao desenvolvimento de cidades sustentáveis, bem como identificar os instrumentos passíveis de serem utilizados para esse fim.

O presente inquérito dirige-se aos municípios portugueses com processos de Agenda Local 21 (AL21).

Dessa forma, agradeço em antemão a disponibilidade e a resposta ao mesmo.

Com os melhores cumprimentos,

Rita Gomes

Inquérito no âmbito da tese “Cidades Sustentáveis – O Contexto Europeu”

1. Identificação:

País:

Município:

2. Situação do Município

1. Quando foi iniciado o processo de AL21 no município: (Ano)

2. Qual a principal razão que levou ao início do processo de AL21 no município?

3. Dentro do município quem liderava inicialmente a equipa responsável pelo processo de AL21?

4. Qual a metodologia em termos de faseamento delineada para o processo de AL21?

5. Em que fase do Processo se encontram neste momento?

6. Quais os temas definidos com prioritários no início do processo de AL21?

7. Já ocorreram revisões da AL21 inicial?
Não Sim → 7.1 Quando: (ano)

8. Actualmente a principal razão para a continuação do processo de AL21 é a mesma do que no início do processo?
Sim Não → 8.1 Qual é a razão?

9. Os temas prioritários alteraram-se desde o início do processo?

Não

Sim —————> 9.1 Quais os novos temas prioritários:

10. Houve alteração na liderança da equipa responsável pelo processo de AL21 desde o início do processo?

Não

Sim —————> 10.1 Quem lidera actualmente:

11. O processo de elaboração da AL21 foi transversal dentro da autarquia? Houve efectiva participação de todos os departamentos?

Sim

Não —————> 11.1 Que departamentos participaram?

12. Que dificuldades sentiu no decorrer do processo de AL21?

13. A AL21 foi antecedida de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico (Estratégia de sustentabilidade para o município)?

Não —————> 13.1 Pensa que teria sido útil? Sim Não

Sim —————> 13.2 Quais as vantagens?

14. A AL21 foi seguida de algum processo de sustentabilidade de carácter mais estratégico (Estratégia de sustentabilidade para o município)?

Não —————> 14.1 Pensa que teria sido útil? Sim Não

Sim —————> 14.2 Quais as vantagens?

15. No decorrer do processo de elaboração da AL21 houve efectiva participação pública?

Não

Sim



15.1 Em que fase(s) do processo?

15.2 Qual o papel da participação pública no processo?

15.3 Que formas de participação pública foram utilizadas?

15.4 Os resultados da participação pública foram efectivamente incorporados no processo?

16. No decorrer do processo de AL21 houve estabelecimento de parcerias?

Não

Sim —————> 16.1 De que tipo?

Público-Privadas

ONG's

Outras: _____



16.2 Com que objectivo?

17. A AL21 foi integrada com outros dos instrumentos de planeamento municipais?

Não

Sim → 17.1 Quais? _____



17.2 Como foi feita essa integração?

18. Quais os resultados decorrentes do processo de AL21 já sentidos ou alcançados no município?

19. O processo de AL21 está inserido em alguma rede(s)?

Não

Sim → 19.1 Qual/Quais: _____



19.2 Quais as vantagens de estar inserido numa rede?

19.3 Quais as desvantagens de estar inserido numa rede?

20. O município assinou a Carta de Aalborg?

Não Sim → 20.1 Quando: (ano)

21. O município assinou os Compromissos de Aalborg?

Não Sim → 21.1 Quando: (ano)

22. Que papel/apoio gostaria que fosse dado pelo governo ao desenrolar de processos de sustentabilidade de nível local?

23. Que alteração aos processos de sustentabilidade de escala local gostaria de ver no futuro?

Muito Obrigado pela sua participação !!!

Rita Gomes

Enviar resposta ao inquérito para gomerita@gmail.com

ANEXO IV – ENTIDADES QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO APLICADO AOS AGENTES EUROPEUS

Entidades Europeias:

ICLEI

Verein Lokale Agenda 21 in Wien

Latvian association of Local and Regional Governments

Local Government Association England and Wales

The Norwegian Association of Local and Regional Authorities

Mezaparks Neighbourhood Association

Giordano Cuoghi – free lancer (Itália)

Storstroem County / Region Zealand

Region Southern Denmark

Entidades Nacionais:

IPI, Inovação Projectos e Iniciativas, Lda.⁶

TTerra

Associação Municípios do distrito de Évora

Associação Municípios do Norte Alentejano

INETI

Universidade do Algarve – Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo⁷

CIVITAS / FCT-UNL⁸

Intervir Mais (Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa)

⁶ Resposta não foi incluída no tratamento dos inquéritos por se ter obtido duas respostas ao inquérito com perspectivas distintas.

⁷ Resposta não foi incluída no tratamento dos inquéritos por o trabalho que exerce nestas temáticas ser de âmbito reduzido, o que tem um efeito significativo nas respostas às perguntas, podendo levar ao enviesamento dos resultados.

⁸ Resposta não incluída no tratamento dos inquéritos por motivos inerentes à ambiguidade das respostas dadas às questões, podendo levar ao enviesamento dos resultados.

ANEXO V – ENTIDADES QUE RESPONDERAM AO INQUÉRITO APLICADO AOS MUNICÍPIOS EUROPEUS

Municípios Europeus:

Kolding, Dinamarca
Zaragoza, Espanha
CLERMONT- FERRAND, França
Kristiansand, Noruega
Aberdeen, Escócia
Viena, Áustria

Municípios Nacionais:

Alenquer	Lourinhã
Arraiolos	Monforte
Avis	Portalegre
Barrancos	Odivelas
Batalha	Oeiras
Bragança	Oliveira do Bairro
Borba	Paredes de Coura
Caminha	Portimão
Campo Maior	Redondo
Elvas	São João da Madeira
Esposende	Serpa
Évora	Viana do Castelo
Faro	Vila Real
Ferreira do Alentejo	
Guimarães	
Maia	Azambuja e Coruche ⁹
Marvão	
Mértola	

⁹ Responderam ao inquérito mas não foram incluídos por ser uma Agenda21 de âmbito regional e não municipal

